



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

EDITAL

- (**X**) Contratação delegada
() Sistema de Registro de Preços - SRP

ESTRUTURAÇÃO DO EDITAL

I – Parte Invariável, tendo como componentes:

- a) Preâmbulo;
- b) Rito Procedimental;
- c) Formulários de documentos;
 - 1. Modelo de procuração
 - 2. Modelo de declaração por ME e EPP de limitação de celebração de contrato (art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021)
- d) Seção do Sistema de Registro de Preços - SRP:
 - 1. Especificações do SRP;
 - 2. Minuta da Ata de Registro de Preços;

II – Parte Variável, tendo como componentes:

- a) Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação);
- b) Minuta de contrato.

PREÂMBULO

1. Regência legal:

Esta licitação obedecerá as disposições da Lei nº 14.634, de 28 de novembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como do Decreto nº 22.885, de 20 de junho de 2024, do Decreto nº 22.888, de 26 de junho de 2024, e, na hipótese do Sistema de Registro de Preços, o Decreto nº 23.657, de 09 de maio de 2025, e respectivas alterações.

2. Objeto da licitação/Codificação no Certificado de Registro – SAEB:

INSTALACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE ESTRUTURA PROVISORIA, METALICA, PARA CONSTRUCAO DE ESTUDIOS, CAMARINS E AREAS DE SERVICOS, COM FECHAMENTO EM MADEIRA E CENOGRAFADO EM MDF, MOBILIADO, COM DELIMITACAO EM ESTRUTURA DE MADEIRA E COBERTURA COM TOLDO, ESPECIFICO PARA AÇÕES DA TRANSMISSÃO DA TVE E RADIO EDUCADORADO CARNAVAL DE SALVADOR

Família: **08.42**

Código: **08.42.11.00090915-7**

3. Requisito de participação:

3.1 Inscrição no Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia /SAEB

Serão admitidos a participar desta licitação os interessados, **inscritos ou não** no Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia, que atenderem a todas as exigências contidas neste edital, que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como usuário junto ao Banco do Brasil, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual.

3.2 Tratamento diferenciado e simplificado (ME e EPP)



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

- () Participação restrita a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
() Ampla Participação
- () Aquisições
- () Sem reserva de cota
- () Com reserva de cota
- (x) Serviços – Sem reserva de cota
- () Híbrido
() Itens com participação restrita a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
- (x) Itens de Ampla Participação
() Aquisições
- () Sem reserva de cota
- () Com reserva de cota
- (x) Serviços – Sem reserva de cota

3.2.1 Na concessão do tratamento diferenciado e simplificado, deverá ser observado o disposto no item "3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO" do Rito Procedimental.

3.3 Consórcio

3.3.1 A definição quanto à participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio observará o disposto no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).

4. Processo administrativo: 063.3824.2025.0002270-45 - Órgão/entidade e setor:
IRDEB/DO/CEN/GEMAR

5. Modalidade/número de ordem:

- (X) Pregão eletrônico **nº 15/2025**
() Concorrência eletrônica nº ____/____

6. Modo de disputa

- (X) Aberto
() Aberto e fechado
() Fechado e aberto

7. Intervalo mínimo de diferença entre lances (10,00):

- (x) Sim (conforme orçamento estimado em planilha constante do TR/Habilitação)
() Não

8. Critério de julgamento:

- () Por item
(X) Menor Preço
() Por lote
(X) Global
- () preço global fixado
() tabela de preços praticada no mercado
() itens do orçamento de referência (aplicação linear)
- () Maior Desconto sobre



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

9. Ordem de fases da licitação:

(X) Na presente licitação, a fase de habilitação **sucedará** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

() Na presente licitação, a fase de habilitação **antecederá** as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, conforme **ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes**, na forma do §1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. Agendamento da vistoria, quando exigível no TR:

Responsável pelo agendamento de vistoria:

Servidor Responsável: IGE ALMEIDA RORIZ FERREIRA

Endereço: Rua Pedro Gama nº 413-E, Alto do Sobradinho, bairro da Federação, Salvador- Ba

Horário: 09:00 às 17:00 h Tel.: (71) 3116-7341 email: ige.ferreira@irdeb.ba.gov.br

11. Meio de acesso à íntegra do edital:

11.1 Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), portal Comprasnet.BA e <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>.

12. Local, dia e hora para recebimento das propostas e documentos e início da sessão pública da licitação:

Site: <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>

Recebimento das propostas: das 09:00 horas do dia 14/11/2025, às 09:15 horas do dia 18/11/2025 Início da sessão pública: às 10:00 horas do dia 18/11/2025

13. Impugnação e pedido de esclarecimento:

13.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados por petição junto ao Sistema Eletrônico de Informação – SEI, ou por mensagem no correio eletrônico (e-mail:) copel@irdeb.ba.gov.br.

14. Disponibilização de vista dos autos:

14.1 O licitante deverá solicitar o acesso aos autos, o qual será concedido por meio de envio de link para o correio eletrônico (e-mail).

15. Controle prévio de legalidade ou dispensa de análise jurídica individualizada

() Declaro que o controle prévio do processo licitatório foi realizado pelo órgão de assessoramento jurídico, conforme o Parecer nº ____/20__de ____/____/20____

(x) Declaro que a análise jurídica individualizada do processo licitatório está dispensada, nos termos do art. 19, §1º, da Lei nº 14.634/2023, conforme autorização constante do ato abaixo, tendo sido utilizadas as **minutas previamente padronizadas** e divulgadas no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado, **sem** alteração de suas cláusulas:

Portaria PGE nº: Art.: Anexo: ____, item: ____ Link
das minutas: Data de download: 28/10/2025



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

16. Responsável pela consolidação das informações, componentes e anexos na minuta de edital, e meio de contato:

Servidor responsável e portaria de designação: DILSON LUIS DE MATOS GOMES
PORTARIA Nº 031 DE 24 JULHO DE 2024

Endereço: Rua Pedro Gama nº 413-E, Alto do Sobradinho, bairro da Federação, Salvador- Ba

Horário: 09:00 às 17:00 h Tel.: 71-3116-7356 / 7517 E-mail: copel@irdeb.ba.gov.br

Salvador, 28 de Outubro de 2025

Dilson Luis de Matos Gomes - Matrícula: 92071015



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

RITO PROCEDIMENTAL

1. DIRETRIZES

1.1 O rito procedimental da presente licitação seguirá o disposto nesta seção, relativamente à operacionalização das fases do procedimento da licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica.

1.1.1 Para fins deste Edital, considera-se responsável pela licitação o agente de contratação ou comissão de contratação a quem compete a condução do procedimento licitatório.

1.1.2 No caso de pregão, o agente de contratação será designado pregoeiro.

1.2 Na presente licitação será observado o que se segue:

- a) os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;
- b) os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional; e
- c) o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;
- d) será disponibilizado o acesso aos documentos que compõem a proposta e os documentos de habilitação apresentados no processo licitatório.

2. ORDEM DAS FASES DA LICITAÇÃO

2.1 A realização da licitação pelo critério do menor preço ou maior desconto observará as seguintes fases sucessivas: a) preparatória; b) divulgação do edital de licitação; c) apresentação de propostas e lances; d) julgamento; e) habilitação; f) recursal; e g) homologação.

2.2 Na hipótese de inversão de fases, desde que observados os requisitos do art. 17, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e que seja disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, a fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 O site, dia e hora para recebimento das propostas e início da sessão pública estão indicados no Preâmbulo deste Edital.

3.1.1 Reputa-se credenciada a pessoa natural regularmente designada para representar a licitante no processo licitatório.

3.1.2 Cada licitante poderá credenciar apenas um representante e cada representante somente poderá representar uma única licitante.

3.2 O licitante deverá credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame.

3.2.1 O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes à licitação.

3.2.2 O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o licitante responsável por todos os atos praticados.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 Não poderão disputar esta licitação:

- a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade licitante;

i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.1 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5 O impedimento relativo a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas "b" e "c" do subitem 3.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8 O disposto nas alíneas "b" e "c" do subitem 3.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.10 As vedações de que tratam a alínea "h" do subitem 3.4 e o subitem 3.4.1 se estendem a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, conforme o §2º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Tratamento diferenciado e simplificado (Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021)

3.11 Na concessão do tratamento diferenciado e simplificado, deverão ser observadas as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observado o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Aquisição com reserva de cotas

3.12 No caso de aquisição com reserva de cotas, serão observadas as seguintes disposições:



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

3.12.1 O percentual da cota reservada do quantitativo licitado está definido no TR/HABILITAÇÃO, a qual será destinada às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inc. III, da Lei Complementar nº 123/06.

3.12.2 A cota será disputada em lote apartado, do qual participarão apenas as microempresas e empresas de pequeno porte.

3.12.3 A reserva da cota não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

3.12.4 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3.12.5. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.12.6. Deverá ser priorizada a aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada seja inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública no Preâmbulo do Edital.

4.2 Na hipótese de inversão de fases, os licitantes encaminharão os documentos de habilitação simultaneamente com o cadastramento da proposta, na forma e no prazo estabelecidos no subitem 4.1.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema eletrônico:

- a) a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes deste Edital;
- c) a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema eletrônico, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- d) o cumprimento do disposto no inc. VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- e) o cumprimento dos requisitos para habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste Edital.

4.3.1 Ao cumprir o disposto nas alíneas "b" e "e" do subitem 4.3, o licitante automaticamente declara:

- a) a aceitação de todas as condições dos anexos deste Edital;
- b) que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo, nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do inc. IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.2 Nos preços formulados deverão estar incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal licitante, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo licitante das obrigações, salvo disposição diversa constante do Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).

4.3.3 A declaração firmada em campo próprio do sistema eletrônico será suficiente para fazer prova da exigência nele contida, ressalvada a possibilidade de realização de diligência pelo responsável pela licitação para esclarecimentos adicionais, caso necessário.

4.3.3.1 O não atendimento, pelo licitante, de diligência a ele dirigida, será reputado desistência, implicando na sua exclusão do certame, sem prejuízo das consequências definidas na legislação.

4.4 O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

123/2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5 A falsidade de qualquer declaração de que trata o item 4 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, na Lei Federal nº 14.133/2021 e as referidas na Lei nº 14.634/2023.

4.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e, quando for o caso, os documentos de habilitação, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Na hipótese de inversão de fases, os licitantes poderão retirar ou substituir os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema eletrônico, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante.

4.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá as seguintes regras:

- a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea "a" deste subitem.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema eletrônico, o valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado:

- a) valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5. DO CONTEÚDO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá elaborar a sua proposta em conformidade com o que dispõe o TR/Habilitação.

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Com a apresentação da proposta, o proponente assume o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.5.1 Os licitantes devem respeitar os preços máximos fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou constantes de tabela de preços referenciais.

5.5.2 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço resultante da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos fixados pela Administração ou por órgão oficial competente ou constantes da tabela de preços referenciais.

5.6 Somente será admitida a indicação da tributação relativa ao Simples Nacional pelos licitantes que explorem as atividades de serviço de vigilância, limpeza ou conservação, de forma exclusiva ou em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação à inclusão no Simples, conforme previsto no art. 17, §1º, c/c art. 18, §5º-C, inc. VI, da Lei Complementar nº 123/2006, devendo observar, ainda, no que respeita ao serviço de vigilância, o disposto na Lei Federal nº 14.967, de 9 de setembro de 2024.



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

5.7 Nas licitações destinadas à contratação de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva que não sejam de serviço de vigilância, limpeza ou conservação, o licitante incluído no Simples Nacional deverá formular proposta considerando a tributação comum aplicável aos serviços, sob pena de desclassificação.

5.7.1 Na hipótese do subitem 5.7, o licitante que venha a ser contratado estará sujeito à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em face do disposto no art. 31, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.7.2 O pedido da exclusão do Simples Nacional deverá ser feito no prazo previsto no art. 30, §1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123/2006, devendo a contratada apresentar cópia do ofício encaminhado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de recebimento, como condição para recebimento da primeira fatura da prestação dos serviços.

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E FORMULAÇÃO DE LANCES

Sessão pública

6.1 A abertura da licitação se dará automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Preâmbulo deste Edital.

Lances

6.2 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

6.3 Ressalvada a hipótese de parametrização referida no subitem 4.9, é vedado ao licitante apresentar seus lances de forma sucessiva, padronizada, intermitente, simultânea ou em intervalos de poucos segundos entre eles, ou de outros mecanismos indicativos da utilização de software lançador "robô".

6.4 Se inobservada a vedação estabelecida no subitem 6.3, o responsável pela licitação desclassificará a proposta e determinará a consequente abertura de processo administrativo para apuração do ilícito.

6.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7 Será aplicado intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta (degrau).

6.7.1. O degrau deverá ser aquele indicado no TR/Habilitação.

6.8 Caso o sistema eletrônico disponibilize essa funcionalidade, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema eletrônico, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.9 Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.11 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.12 Caso, durante a desconexão do sistema eletrônico para o responsável pela licitação, ocorra o encerramento da disputa, o responsável pela licitação dará prosseguimento aos atos do certame somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação deste Edital.

6.13 Caso não sejam apresentados lances pelos licitantes, o julgamento será feito com a proposta inicial.

6.14 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

Modo de disputa “aberto”

6.15 No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.15.2 A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 6.15.1 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.15.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances, segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

6.15.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o responsável pela licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.15.5 Após o reinício previsto no subitem 6.15.4, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Modo de disputa “aberto e fechado”

6.16 No modo de disputa “aberto e fechado” os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.16.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.16.2 Encerrado o prazo previsto no subitem 6.16.1, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado, e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.16.3 No procedimento de que trata o subitem 6.16.2, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.16.4 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste subitem, o sistema possibilitará aos autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.16.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

Modo de disputa “fechado e aberto”

6.17 No modo de disputa “fechado e aberto” somente serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o licitante que apresentou a proposta de menor preço ou de maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores ou inferiores àquela, conforme o critério de julgamento adotado.

6.17.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem 6.17.0, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.17.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.17.3 A prorrogação automática da etapa de lances de que trata o subitem 6.17.2 será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

6.17.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances, segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado.

6.17.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o responsável pela licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.17.6 Após o reinício previsto no subitem 6.17.5, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

Empate ficto

6.18 Em relação aos itens de ampla participação, será observado o que se segue:

6.18.1 O sistema eletrônico identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.18.2 Nas condições do subitem 6.18.1, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), tratando-se de pregão eletrônico, ou de até 10% (dez por cento), tratando-se de concorrência eletrônica, relativamente à proposta mais bem classificada, serão consideradas empatadas com a primeira colocada (empate ficto).

6.18.3 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do subitem 6.18.2, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ou em percentual de desconto superior ao da primeira colocada, conforme o critério de julgamento adotado, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema eletrônico, contados da comunicação automática.

6.18.4 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais microempresas ou empresas de pequeno porte, em situação de empate ficto, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo.

6.18.5 No caso de equivalência dos valores ou dos percentuais de descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o critério de julgamento adotado, que se encontrem nos intervalos percentuais estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.6 Se não ocorrer o desempate, prevalecerá a melhor oferta inicial.

Empate real

6.19 Ocorrendo empate real, será observado o procedimento a seguir definido.

6.19.1 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.2 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme o art. 4º, §§1º a 3º, do Decreto nº 22.665/2024;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2.1 A comprovação do desenvolvimento de ações de equidade e de programa de integridade a que se referem as alíneas "c" e "d" deste subitem será feita por declaração do interessado, acompanhada da relação das ações desenvolvidas, mediante diligência do responsável pela licitação.

6.19.3 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no Estado da Bahia;



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.19.4 Se, após observados os subitens 6.19.2 e 6.19.3, não houver desempate, será realizado sorteio entre os licitantes, vedando-se qualquer outro critério.

Sorteio em ato público

6.20 A realização de sorteio, nas hipóteses previstas neste Edital, será realizada em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, e do qual será lavrada ata específica.

6.20.1 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a realização do sorteio por meio do sistema eletrônico, deverá ser designada a realização de ato público presencial, assegurado o acompanhamento e a manifestação por videoconferência ou outro meio idôneo.

6.20.1.1 Na hipótese do subitem 6.20.1, o responsável pela licitação deverá juntar aos autos do processo licitatório no Sistema Eletrônico de Informações – SEI a gravação da sessão pública em áudio e vídeo, nos termos dos §§2º e 5º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.20.1.2 O link da gravação, para fins de disponibilização aos interessados, constará de despacho do responsável pela licitação.

Chat para troca de mensagens

6.21 Ao final da disputa de lances, o sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o responsável pela licitação e os licitantes.

Verificação do atendimento às condições de participação

6.22 O responsável pela licitação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do Rito Procedimental deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>); e
- c) Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia - CAF, mantido pelo Órgão Central do Sistema de Registro Cadastral do Poder Executivo do Estado da Bahia.

6.23 A consulta aos cadastros poderá ser estendida aos administradores e sócios com poderes de administração da licitante, na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica a que alude o art. 57 da Lei nº 14.634/2023.

6.24 Constatada a existência de sanção condenatória restritiva de direito transitada em julgado, nos termos dos arts. 43 e 44 do Decreto nº 23.113/2024, o licitante será excluído da licitação, hipótese em que o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, procedendo na forma do item 6 e seus subitens.

6.24.1 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia.

6.24.2 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar impedirá o infrator de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

6.25 Se, em decorrência da verificação a que se refere este item 6, o licitante for excluído do certame, o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, na forma deste edital, e assim, sucessivamente, até a identificação de licitante que atenda às condições de participação.

7. Readequação da proposta e providências antecedentes à fase de julgamento

7.1 Por meio do chat, o responsável pela licitação solicitará do licitante mais bem classificado, conforme o caso: o envio da proposta readequada ao último lance ofertado; a declaração por ME e EPP de limitação de celebração de



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

contratos, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006; os documentos necessários à avaliação da conformidade da proposta.

7.1.1 O responsável pela licitação concederá o prazo de 3 (três) horas para envio dos documentos referidos neste subitem.

7.1.2 O prazo definido no subitem 7.1.1 poderá ser prorrogado por solicitação fundamentada feita no "chat" pelo licitante, antes de sua conclusão.

7.1.3 Em casos justificados, constada a complexidade da proposta, o responsável pela licitação poderá fixar prazo diverso do definido no subitem 7.1.1, desde que não superior a 01 (um) dia útil.

7.1.4 No caso de licitação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, estas deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, sob pena de não aceitação da proposta.

7.1.5 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante mais bem classificado deverá apresentar, por meio eletrônico, conforme o critério de julgamento adotado, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo que integra o TR/Habilitação, bem como com o detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores readequados ao valor final da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, na forma disciplinada no TR/Habilitação.

7.1.6 A declaração, para fins de obtenção de benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo ser firmada, preferencialmente, de acordo com o modelo do formulário integrante deste Edital.

7.1.7 Os documentos necessários à avaliação da conformidade da proposta listados no TR/Habilitação compreenderão, dentre outros, os catálogos, manuais, fichas de especificação técnica ou páginas da internet.

7.1.8 O não envio de qualquer dos documentos de que trata este subitem 7.1 no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

8. FASE DE JULGAMENTO

8.1 O responsável pela licitação examinará a proposta do licitante mais bem classificado quanto à compatibilidade do preço ou do desconto e quanto ao atendimento das especificações do objeto.

Compatibilidade do preço

8.2 O responsável pela licitação aferirá a compatibilidade da proposta em relação ao máximo estipulado para contratação e quanto à sua exequibilidade.

8.2.1 Na hipótese de o preço do licitante mais bem classificado superar o limite máximo definido pela Administração, o responsável pela licitação poderá negociar a adequação da proposta, a fim de evitar a desclassificação.

8.2.1.1 Quando a proposta do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de permanecer acima do preço máximo definido pela Administração, deverá ser oportunizada aos demais licitantes a possibilidade de negociação, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

8.2.1.2 O procedimento de negociação observará o disposto no item 9.

8.2.2 No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, além das disposições eventualmente constantes do TR/Habilitação, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o que segue:

a) para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global definidos no TR/Habilitação, conforme as especificidades do mercado correspondente (art. 59, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

b) serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução (art. 59, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021).



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

c) será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 59, §5º).

8.2.3 Se houver indício de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos, caberá a realização de diligência, a fim de oportunizar ao licitante a comprovação da exequibilidade da proposta.

8.2.3.1. Não poderá ser considerada exequível a proposta quando os custos do licitante ultrapassem o valor da proposta ou não forem demonstrados custos de oportunidade capazes de justificar a oferta.

Aferição do atendimento às especificações do objeto

8.3 O responsável pela licitação procederá à análise da proposta do licitante mais bem classificado quanto ao atendimento das especificações do objeto, sendo-lhe facultado colher manifestação escrita do setor requisitante do objeto licitado ou da área especializada.

8.4 Caso previsto no TR/Habilitação, a análise a que se refere o subitem 8.3 será realizada em procedimento de exame de adequação do objeto, relativamente ao licitante mais bem classificado, compreendendo a apresentação de amostras, avaliação de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta, observado o que se segue:

8.4.1 Será divulgado o local e horário de realização do procedimento de exame de adequação do objeto.

8.4.2 A divulgação será feita por mensagem no sistema eletrônico, no sítio eletrônico oficial ou por outro meio idôneo, com a antecedência necessária para a sua realização.

8.4.3 Não sendo possível, por razões de ordem operacional, a permissão à participação presencial dos interessados na realização do exame de adequação do objeto, deverá ser assegurado o acompanhamento e a manifestação no ato, por videoconferência ou outro meio idôneo.

8.4.4 A recusa do licitante à realização do exame de adequação do objeto ou atraso, sem justificativa aceita pelo responsável pela licitação, de entrega da amostra, realização do exame de conformidade, de prova de conceito ou de outros testes exigidos será considerada desistência do certame, ensejando a aplicação das penalidades pertinentes.

8.4.5 O objeto será considerado inadequado, quando verificado o não atendimento das especificações previstas neste Edital.

8.4.6 Os resultados das avaliações serão divulgados pelos meios previstos no subitem 8.4.2.

8.4.7 Durante o prazo de vigência do contrato ou da ata de registro de preços, a Administração poderá, justificadamente, exigir amostra ou prova de conceito do bem (art. 41, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Documentos complementares à proposta

8.5 Caso seja necessário, o responsável pela licitação poderá, em sede de diligência, solicitar documentos complementares à proposta, a fim de esclarecer ou confirmar situação fática ou jurídica pré-existente (art. 36 do Decreto nº 22.888/2024).

8.5.1 Na realização de diligência, o responsável pela licitação deverá atentar para o caráter de complementaridade das informações e documentos a serem juntados (art. 36, parágrafo único, do Decreto nº 22.888/2024).

8.5.2 Não serão aceitos documentos ou informações que devessem constar originariamente da proposta.

8.5.3 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado pelo responsável pela licitação será considerada desistência, implicando na desclassificação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

Sanatória da proposta

8.6 O responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação (art. 37 do Decreto nº 22.888/2024).



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

Desclassificação da proposta

8.7 Será desclassificada a proposta que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no TR/Habilitação;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e/ou seus anexos, desde que insanável.

8.8 No caso de desclassificação, o responsável pela licitação avaliará a proposta subsequente, de acordo com a disciplina estabelecida nos itens 6 a 8, procedendo a nova verificação da ocorrência do empate ficto, se for o caso, de acordo com a disciplina estabelecida, e assim sucessivamente, até a obtenção de proposta válida.

Do Encerramento da Fase de Julgamento

8.9 Não sendo possível o julgamento da proposta na mesma sessão, o responsável pela licitação deverá designar nova sessão, para a qual serão convocados os licitantes.

8.10 A fase de julgamento será encerrada com a identificação do licitante classificado detentor da melhor proposta.

9. NEGOCIAÇÃO

9.1. Definido o resultado do julgamento, o responsável pela licitação poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante classificado detentor da melhor proposta.

9.1 A negociação será conduzida pelo responsável pela licitação por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2 O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.3 Concluída a negociação, o responsável pela licitação solicitará o envio da proposta readequada, observado o disposto no subitem 7.

10. FASE DE HABILITAÇÃO

Documentos de habilitação

10.1 Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme definido no TR/Habilitação, dividindo-se em: jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira.

10.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral do Cadastro de Fornecedores do Estado da Bahia (CAF) quanto aos documentos por ele abrangidos, observado o disposto neste Edital.

10.1.2 Os documentos exigidos para fins de habilitação observarão os termos da Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.

10.1.3 Na forma do art. 63, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante responderá pela veracidade das declarações a que se refere o subitem 4.3.

10.1.4 Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

Microempresas e empresas de pequeno porte

10.2 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte observará o disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2.1 O responsável pela licitação procederá à verificação se a microempresa ou empresa de pequeno porte faz jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, em conformidade com os termos definidos neste Edital.



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

Empresas estrangeiras

10.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, será observado o que segue:

10.3.1 As exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes inicialmente apresentados com tradução livre;

10.3.2 O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os demais documentos de habilitação;

10.3.3 Para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata este artigo serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Consórcio de empresas

10.4 Salvo vedação devidamente justificada no TR/Habilitação, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observado o disposto no art. 15 e nos §§10 e 11 do art. 67, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4.1 Quando houver a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, se exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Processamento da habilitação

10.5 Serão exigidos os documentos de habilitação apenas do licitante classificado detentor da melhor proposta, exceto na inversão de fases (art. 63, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.5.1 Quando houver inversão de fases, a exigência dos documentos de habilitação ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.5.2 Excetuam-se da previsão deste subitem os documentos relativos à regularidade fiscal, os quais serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e somente do licitante classificado detentor da melhor proposta (art. 63, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.6 Os documentos de habilitação serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do responsável pela licitação (art. 63, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.6.1 Na hipótese de inversão de fases, os licitantes encaminharão simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.6.2 Em caso de falhas técnicas ou operacionais que inviabilizem o envio de documentação de que trata este subitem 10.6, será admitido o envio correspondente para o correio eletrônico (e-mail) indicado no Preâmbulo deste Edital, devendo o responsável pela licitação informar no "chat" do sistema eletrônico a data e o horário do seu recebimento, disponibilizando o seu conteúdo, em seguida, para os demais licitantes.

10.7 A habilitação poderá ser verificada por meio do CAF, quanto aos documentos por ele abrangidos, exceto quanto aos documentos de qualificação técnica.

10.7.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CAF, ou que dele constem como vencidos, ou que não possam ser substituídos pelo certificado, deverão ser apresentados pelo licitante, na forma prevista neste Edital.

10.7.2 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.8 Nas licitações restritas a fornecedores cadastrados, a habilitação será verificada por meio do CAF, observado o disposto no subitem 10.6 (art. 87, §§3º e 4º da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.9 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo solicitar a modificação dos registros em caso de incorreção.

10.10 A verificação, pelo responsável pela licitação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.10.1 Desde que solicitado de forma expressa pelo licitante interessado, e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, inclusive no que respeita à adequação da habilitação econômico-financeira e da qualificação técnica, a documentação de habilitação enviada para determinado lote poderá ser utilizada para fins de avaliação da habilitação em outro lote no qual o licitante tenha sido o melhor classificado.



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

Documentos complementares à habilitação

10.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.11.1 Os documentos serão enviados por meio do sistema eletrônico, em formato digital, no prazo 3 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do responsável pela licitação, observado o disposto no subitem 10.5.

10.11.2 O não envio dos documentos complementares no prazo indicado será considerada desistência, implicando na inabilitação do licitante e à sujeição às sanções administrativas pertinentes.

Sanatória

10.12 Na análise dos documentos de habilitação, o responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação (art. 64, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.12.1 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

Comprovação dos requisitos de habilitação diferidos

10.13 O responsável pela licitação definirá o prazo para a apresentação dos requisitos de habilitação cuja exigência tenha sido diferida.

10.13.1 A não apresentação da documentação no prazo definido, implicará inabilitação do licitante e sujeição às sanções administrativas pertinentes.

10.14 Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, beneficiária do regime diferenciado da Lei Complementar nº 123/06, cuja participação tenha sido realizada com a ressalva de existência de restrição fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa

10.14.1 A não-regularização da documentação no prazo previsto neste item implicará decadência do direito à contratação e inabilitação do licitante, além da sujeição às sanções administrativas pertinentes, na forma do disposto no §2º do art. 53 da Lei Complementar nº 123/06.

Inabilitação

10.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o responsável pela licitação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos e especificações, procedendo, inclusive, a nova verificação da ocorrência do empate ficto, na forma prevista neste Edital.

Encerramento da fase de Habilitação

10.16 Não sendo possível o julgamento da habilitação na mesma sessão, o responsável pela licitação deverá designar nova sessão, observado o prazo mínimo de 24h (vinte e quatro horas), para a declaração do licitante provisoriamente vencedor, para a qual ficarão convocados os licitantes.

10.17 Exceto na inversão de fases, encerrada a fase de habilitação, será declarado o licitante provisoriamente vencedor, ato do qual ficarão automaticamente intimados os licitantes.



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.1.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados na forma eletrônica.

11.2 O responsável pela licitação responderá aos pedidos de esclarecimentos e impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos seus anexos.

11.2.1 O responsável pela licitação poderá solicitar a manifestação dos setores técnicos do órgão ou entidade contratante, a fim de subsidiar as decisões de caráter técnico, conforme o §3º do art. 8º do Decreto nº 22.885/2024 e a oitiva, quando necessário, dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno, nos termos do art. 32 do Decreto nº 22.885/2024.

11.3 A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo responsável pela licitação nos autos do processo de licitação.

11.4 Acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame, devendo ser observado o disposto no subitem 17.12

11.5 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br e no <https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/>, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.

12. FASE RECURSAL

12.1 A fase recursal obedecerá à disciplina estabelecida neste Edital, observado o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2 Dos atos decorrentes do procedimento licitatório, cabem:

12.2.1 Recurso:

- a) em fase única, em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação;
- b) em face do ato de anulação ou revogação da licitação.

12.2.2 Pedido de reconsideração, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

12.3 O recurso em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação observará as seguintes disposições:

12.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 15 (quinze) minutos, sob pena de preclusão, após a declaração do licitante provisoriamente vencedor pelo responsável pela licitação.

12.3.1.1 A manifestação da intenção de recorrer será única, abrangendo as matérias concernentes ao julgamento das propostas e ao ato de habilitação ou inabilitação.

12.3.2 Manifestada a intenção de recorrer, as razões de recurso deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação da declaração do licitante provisoriamente vencedor.

12.3.3 O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso, a qual será feita por comunicação no chat.

12.3.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, para juízo de retratação.

12.3.4.1 Se a autoridade não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior.

12.3.5 A autoridade superior deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.3.6 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

12.3.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.3.8 O resultado dos recursos será divulgado no endereço eletrônico www.comprasnet.ba.gov.br.

12.4 Aplica-se o disposto no subitem 12.3, no que couber, ao recurso em face do ato de anulação ou revogação da licitação.

12.5 O pedido de reconsideração será apresentado no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, observado o inc. II do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.6.1 Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

12.7 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

13.1.1 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

13.1.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

13.1.3 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

13.1.5 Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente do ato de anulação e revogação, poderá ser diferida a manifestação dos interessados, com fundamento no art. 183 da Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011, justificadamente.

13.2 A homologação da licitação não implicará direito à contratação.

14. CONTRATAÇÃO

Convocação para assinatura

14.1 Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou, nas hipóteses previstas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, o instrumento hábil que lhe substitua: Autorização de Fornecimento de Material - AFM ou Autorização de Prestação de Serviços - APS, conforme o caso, no prazo estabelecido no TR/Habilitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e em outras legislações aplicáveis.

14.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.1.2 A contratação obedecerá as estipulações constantes da minuta de contrato integrante do edital da licitação, do aviso ou do instrumento de contratação direta.

14.1.3 Na hipótese de substituição do termo de contrato por instrumento equivalente, neste serão consideradas literalmente transcritas todas as cláusulas e condições previstas na minuta de contrato constante deste Edital.

14.1.4 O termo de contrato, a AFM ou, a APS, conforme o caso, deve ser assinado pelo representante legal do licitante ou mandatário com poderes expressos.

14.1.5 A assinatura se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, caso em que o licitante deverá providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no endereço eletrônico www.portalseibahia.saeb.ba.gov.br ou através do link disponibilizado www.comprasnet.ba.gov.br.

14.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato, AFM ou APS, conforme o caso, no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14.3 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

14.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 14.2 a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, mas não superior ao preço ofertado pelo próprio licitante remanescente;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.5. A negociação a que se refere a alínea "a" do subitem 14.4 deste artigo deverá ser oportunizada aos licitantes remanescentes, assegurada a preferência, em caso de empate, ao licitante mais bem classificado.

Recusa

14.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, AFM ou APS, conforme o caso, no prazo estabelecido pela Administração, dentro do prazo de validade da proposta, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotor da licitação (art. 90, §5º, c/c art. 155, inc. VI, da Lei Federal nº 14.133/2021)

14.7 Equipara-se à recusa prevista no subitem 14.6 a circunstância de o adjudicatário deixar de manter as condições de habilitação exigidas na licitação, ou, por qualquer meio, dar causa à impossibilidade de celebrar o contrato.

14.8 A multa compensatória para a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou praticar condutas a elas equiparadas, corresponderá, salvo previsão diversa, ao mesmo percentual definido para o descumprimento total da obrigação principal, e incidirá sobre o valor global do contrato (art. 8º, §§1º e 4º, do Decreto nº 23.113/2024).

14.8.1 Nas hipóteses em que não houver valor contratado, a sanção de multa terá como base o valor correspondente ao objeto adjudicado ou, quando for o caso, da estimativa da contratação (art. 7º, §1º, c/c art. 8º, §4º, do Decreto nº 23.113/2024).

14.9 A regra do subitem 14.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea "a" do subitem 14.4, **exceto** se estes passarem à condição de licitante adjudicatário (art. 48, §8º, do Decreto nº 22.888/2024).

15. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Edital as condutas constantes do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 47 da Lei nº 14.634/2023).

15.2 Os licitantes estarão sujeitos às sanções administrativas referidas na Lei nº 14.634/2023, e às demais cominações legais, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

16. DISPOSIÇÕES DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Tratando-se de licitação destinada ao Sistema de Registro de Preços, serão observados, ainda, os acréscimos da **Seção do Sistema do Registro de Preços – SRP**, os quais prevalecerão em caso de conflito.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

17.2 Os horários estabelecidos neste Edital, no aviso da licitação e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e prática de atos processuais.

17.3 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, os princípios elencados no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, a finalidade e a segurança da contratação.

17.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será responsável por quaisquer custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital observar-se-á o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.6 Os atos de comunicação processual da Administração com os licitantes serão realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.209/2011 e no Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

17.6.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto nº 17.983, de 24 de outubro de 2017, devendo atender às convocações da Administração para a prática de atos nos prazos indicados.

17.7 A autoridade competente poderá, até a assinatura do contrato, excluir licitante, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira para a execução do contrato, assegurada a manifestação do interessado (art. 66 da Lei nº 14.634/2023).

17.8 Eventuais modificações neste Edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

17.9 Os casos omissos serão dirimidos pelo Órgão/Entidade indicados no Preâmbulo deste Edital, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei nº 14.634/2023, e demais normas aplicáveis.

18. FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA-IRDEB

Parte Variável do edital
Componente: **TR/HABILITAÇÃO**
Classificação: **modelo**
Versão: **1**
Data da aprovação/modificação (P
Data do download: 08/09/2025

TERMO DE REFERÊNCIA E HABILITAÇÃO (TR/HABILITAÇÃO)

INSTALACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM, DE ESTRUTURA PROVISORIA, METALICA, PARA CONSTRUCAO DE ESTUDIOS, CAMARINS E AREAS DE SERVICOS, COM FECHAMENTO EM MADEIRA E CENOGRAFADO EM MDF, MOBILIADO, COM DELIMITACAO EM ESTRUTURA DE MADEIRA E COBERTURA COM TOLDO, ESPECIFICO PARA AÇÕES DA TRANSMISSÃO DA TVE E RADIO EDUCADORA DO CARNAVAL DE SALVADOR

- (x) CONTRATAÇÃO DELEGADA
() SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
- (x) LICITAÇÃO
() CONTRATAÇÃO DIRETA

(Processo Administrativo nº 063.3824.2025.0002270-45)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Objeto:

- () Aquisição:
() Serviço:

(x) Obra ou serviço de engenharia: INSTALACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM, de estrutura provisoria, metalica, para construcao de estudios, camarins e areas de servicos, com fechamento em madeira e cenografado em MDF, mobiliado, com delimitacao em estrutura de madeira e cobertura com toldo, especifico para ações da transmissão da TVE e Radio Educadora do Carnaval de Salvador.

1.1.1 As especificações do objeto obedecerão as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação), observado o disposto na tabela abaixo.

Participação [ampla/exclusiva]	Lote/Item	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	Cronograma/Prazo
Ampla	01	08.42.11.00090915-7	INSTALACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM, de estrutura provisoria, metalica, para construcao de estudios, camarins e areas de servicos, com fechamento em madeira e cenografado em MDF, mobiliado, com delimitacao em estrutura de madeira e cobertura com toldo, especifico para ações da transmissão da TVE e Radio Educadora do Carnaval de Salvador.	und	1	6 meses

1.1.2 As especificações do objeto constam:

- (x) da descrição abaixo:
() do anexo integrante deste TR/Habilitação

Montagem e desmontagem com fornecimento de todos os materiais e insumos necessários para a construção dos estúdios, incluindo serviços de estrutura metálica, carpintaria, marcenaria, serralheria, acrílico policarbonato, elétrica, hidro sanitário, acabamento e plotagem, conforme projeto cenográfico para os estúdios do Campo Grande e Barra, para transmissão do Carnaval 2026 da TV Educativa da Bahia, Rádio Educadora e Portal.

CAMPO GRANDE (Largo Dois de Julho – Campo Grande)

A área para a construção do estúdio Campo Grande da TVE medirá aproximadamente 156,60 m² e será dividido em 3 andares:

Pavimento Térreo: 29,92 m² - Circulação, Sala Elétrica Técnica, Sala TI, Depósito NSA, Depósito Marketing, Depósito Materiais e banheiro químico

Primeiro Andar: 64,13 m² - Sala de Espera, Camarim, Estúdio, Circulação e Varanda.

Segundo Andar: 58,58 m² - Sala de Relacionamento para 50 pessoas e Banheiro.

Fachada: A fachada (revestida com Painéis em Lona Fosca tensionada em estrutura de Metalon (Painel) e Adesivos da seguinte forma: Painel Frente Terreo em lona impressa com estrutura existente (7,80m x 2,43m); Painel Lateral Esquerdo Térreo em lona impressa com estrutura existente (2,40 m x 2,43 m); Adesivos Lateral esq. Varanda (2,40mx1,15m) (0,30mx1,15m) (2,40mx1,15m); Adesivos Lateral dir. varanda (2,40mx1,15m) (0,30mx1,15m) (2,40mx1,15m); Guarda - Corpo - Aplicação de Adesivo de recorte

(7,20m x 1,10m) com os dizeres: “#TVE O CANAL DO CARNAVAL”; PaineL Lateral Esquerdo em lona impressa com estrutura existente (1,50 m x 4,08 m); PaineL Meio com lona impressa com estrutura existente (4,97 m x 2,00 m); PaineL Lateral Direito com lona impressa com estrutura existente (1,33 m x 4,08 m); Pilar Lateral Esquerdo com lona impressa estrutura existente (0,83 m x 1,15 m); Pilar Lateral Direito (0,60 m x 1,15 m); Testeira 2º Pavimento (7,80 m x 0,90 m); Caixa Backlight (3,00m x 1,50m x 0,30m) Em Poliestireno de 4 milímetros com pintura automotiva, seguindo forma de recorte da Marca TVE (3,00m x 1,50m x 0,30m).

Pavimento Térreo: Área de 29,92. Piso de madeira compensada/madeirite, elevado em 10 cm em relação ao chão.

Sala Elétrica Técnica: Área de 3,42 m². Paredes em madeira compensada, piso de madeira compensada, elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80 m x 2,10 m) com fechadura ou corrente e cadeado. Abrigará os quadros de distribuição e materiais diversos da área Técnica. A parte externa abrigará o Padrão de entrada da COELBA, que deverá possuir cobertura adequada contra as intempéries.

- Cobertura em madeira compensada do padrão da Coelba (1,00m x 0,30m);
- Paredes de Madeira Compensada;
- Quadro de Distribuição compatível com a demanda elétrica da Estrutura.

Sala TI: Área de 6,44 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80 m x 2,10 m) com fechadura. Abrigará os equipamentos e Racks da TI, três computadores.

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- 1 Bancada em L de Madeira compensada ou Octanorm (2,10m x 3,10 m x 0,50 m/ h=0,75 m);
- Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face;
- 3 Cadeiras com Rodízio.

Depósito NSA: Área de 4,17 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80m x 2,10m) com fechadura e janela de madeira compensada com trinco (0,60mx0,80m/ h=1,10m) para distribuição de água.

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- 1 Freezer Horizontal de 2 portas;
- Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face;
- 1 Cadeiras com Rodízio.

Depósito Marketing: Área de 4,16 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80 m x 2,10 m) com fechadura.

Abrigará materiais diversos de marketing.

- Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face;

Depósito Materiais: Área de 6,46 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80 m x 2,10 m) com fechadura.

Abrigará materiais diversos.

- Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face; **Banheiro Químico:** 1 Banheiros Químico, tipo luxo, com pia e chave.

Estarão localizados na área externa.

Primeiro Andar:

Sala de Espera:  rea de 13,63 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, com fechadura (dimensões no projeto).

- 1 Aparelhos de Ar Condicionado 18.000 BTU's;
- Piso carpete na cor cinza (13,63 m²);
- Forro em estrutura revestida de malha com blackout (13,63m²);
- Uma porta de correr com esquadria de alumínio branca e acabamento em ac rico policarbonato ou vidro com acesso ao corredor do estúdio (conforme planta).
- 1 TV de 32" presa em suporte (Acesso);
- 3 Longarinas de 3 lugares cada;
- 1 Bebedouro p/Galão de  gua;
- 1 Porta copo;
- 1 Lixeira;
- 1 TV de 50" presa em suporte.

Camarim:  rea de 10,95 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, porta com fechadura (dimensões no projeto).

- 1 Ar Condicionado 18.000 BTU's;
- Piso Carpete na cor cinza (10,95 m²);
- Forro em estrutura revestida de malha com blackout (10,95 m²);
- 1 Bancada (1,20 m x 0,70 m/ h=0,75 m) com Espelho devidamente iluminado com luz branca, tipo "Penteadeira Camarim";
- 1 Cadeira fixa;
- 1 Cadeira Reclinável para Maquiagem;
- 2 Armários baixos com chave;

- 1 Armário guarda volume com 12 portas;
- 1 Frigobar;

- 1 Provador Arco 0,90m x 0,90m com Cortina Blackout;
- 1 Espelho de Corpo Inteiro;
- 1 Lixeira;
- 1 TV de 32" com pé.

Estúdio: Área de 17,82 m². Paredes chapas de MDF 01 face branca, de 10mm (dimensões no projeto). Paredes serão revestidas com adesivo fosco. Porta de Entrada de correr (Circulação para Estúdio) em esquadria de alumínio branca e Policarbonato (0,90m x 2,10m). Parede de Policarbonato montada em esquadria de alumínio branca separando a área do Estúdio da Varanda e da Circulação ((4,41m + 4,04m) x 2,43m)).

- 2 Aparelhos de Ar Condicionado Inverter 36.000 BTU's cada;
- Piso nivelado em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm com aplicação de adesivo fosco para piso polimérico 80 micras, alta resolução de 1440dpis (17,82m²);
- Forro em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm (17,82m²);
- Paredes revestidas em Adesivo fosco (4,04 m x 2,43 m) e (4,41 m x 2,43 m);

Iluminação Estúdio:

- 42 (quarenta e duas) Luminárias quadradas de sobrepor com 4 (quatro) lâmpadas tubulares fluorescentes com temperatura de cor de 5.600k (60x60) cm unidas em toda extensão do teto;

Circulação: Área de 4,45 m². Parede em Lona tensionada com arte impressa.

- Piso nivelado em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm com aplicação de adesivo fosco para piso polimérico 80 micras, alta resolução de 1440dpis (4,45 m²);
- Forro em chapas de MDF 01 faces branca, de 10mm (4,45 m²);
- 1 TV de 50" presa em suporte;
- 2 (duas) Luminárias quadradas de sobrepor com 4 (quatro) lâmpadas tubulares fluorescentes com temperatura de cor de 5.600k (60x60) cm unidas em toda extensão do teto;

Varanda: Área de 17,28 m². Guarda corpo frontal em alumínio branco e fechamento em acrílico policarbonato (7,20m x 1,15m), o guarda corpo deverá ser fixado a estrutura metálica do andar inferior, suportando os impactos e promovendo segurança aos usuários.

- Piso em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm com aplicação de adesivo fosco de piso polimérico 80 micras, alta resolução de 1440dpis (2,40m x 7,20m). O piso da varanda deverá ter uma leve inclinação para fora do guarda corpo, afim de proporcionar o escoamento da água da chuva;
- Laterais Esquerda e Direita da Varanda terão Aplicação de Adesivo fosco sobre o fechamento em chapas de MDF 01 face branca. Lateral esquerda varanda (2,40 m x 1,15 m) (0,30 m x 1,15 m) (2,40 m x 0,30 m) - Lateral direita varanda (2,40 m x 1,15 m) (0,30 m x 1,15 m) (2,40 m x 0,30 m).

Segundo Andar:

Banheiro e Circulação: Área de 11,08 m². 1 banheiro com paredes e porta em Pannel de PVC 35mm, com 2 subdivisões para sanitários masculino e feminino, portas sanfonadas individuais internas com fechamento, contendo ao todo 2 vasos sanitários e 2 Lavatórios c/ colunas e espelhos

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- 1 Cortina de Ar na Extensão da Porta de Entrada (0,70m);
- Piso Vinílico (6,38 m²);
- Forro em Pannel de PVC 35mm (6,38 m²);
- 2 vasos sanitários;
- 2 espelhos (50cm x 70cm);
- 2 Lavatórios c/ colunas, com torneiras de acionamento automático;
- 4 Lixeiras;
- 2 Dispensers papel Toalha;
- 2 Dispensers de Sabonete Líquido;
- 2 Dispensers de papel higiênico;
- Parede Externa em Pannel de PVC 35mm (1,70m x 2,75 m).

Sala de Relacionamento: Área de 47,50 m² (7,07m x 7,76m), (Pé direito mínimo de 2,50). Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, porta com fechadura (dimensões no projeto). Sala com capacidade para 50 convidados.

- 2 Ar Condicionados 60.000 BTU's;
- Cortina de ar na Extensão das janelas (2,90 m + 2,88 m);
- Piso carpete na cor cinza (47,50 m²);
- Forro estrutura em estrutura revestida de malha com blackout (47,50 m²);
- Paredes laterais e frontal em Trainel com revestimento em malha 1 face (dimensões no projeto). As Paredes deverão ter 3 pontos com suporte de fixação de televisores conforme indicado em planta;
- As janelas deverão ter peitoris acolchoados e revestidos com tecido Bagum;
- Mobiliário - 2 Sofás de 2 lugares, 4 Poltronas, 12 Puffs simples, 2 mesas bistrô e 6 bancos bistrô;
- 2 TVs de 50 polegadas;

Observações:

- As medidas apresentadas podem sofrer alteração para mais ou para menos, condicionadas a estrutura que será entregue pela Prefeitura;
- Para o Estúdio do Campo Grande deverão ser fornecidos 1 Plataforma Elevatória (Ver Especificação no item 3.2.10.) e 1 Grupo Motor Gerador (Ver Especificações no item 3.2.11.);
- Fica na responsabilidade da Empresa Contratada a montagem do padrão de entrada da Coelba;

- A rede de água da Estrutura do Campo Grande deve ser interligada a Caixa d'água fornecida pela prefeitura, normalmente localizada no Largo Dois de Julho. Caso não seja fornecida pela prefeitura, deve

ser providenciada Caixa d'água de dimensões adequadas à demanda, assim como o fornecimento da água para todos os dias relativos a montagem e funcionamento da Estrutura;

- Para os dias da montagem deve ser garantido o fornecimento de energia elétrica para que seja possível a utilização de ferramentas elétricas, caso a energia não seja fornecida pela Prefeitura, deve ser providenciado Gerador Portátil para este fim.

BARRA (Caixa Econômica - Av. Almirante Marques de Leão, 456 – Barra - Estacionamento do fundo, localizado na Avenida Oceânica.)

A área para transmissão na Barra será localizada no estacionamento do fundo da Caixa Econômica Federal, Avenida Oceânica, Barra – Agência Barra, localizada na Avenida Almirante Marques de Leão, 456. O espaço será construído em estrutura metálica Boxtruss e Tubular, composto por dois pavimentos (térreo e primeiro andar), escada metálica e cobertura em lona de duas águas, com beiral frontal e posterior de 1 m. A área para a construção do Estúdio Barra da TVE medirá aproximadamente 181,83 m² e será dividido em 2 pavimentos:

Estruturas: Boxtruss - P50 (CUBO) 34 unid; Boxtruss - P50 (1m) 14 unid; Boxtruss - P50 (2m) 35 unid; Boxtruss - P50 (3m) 11 unid; Boxtruss - P50 (SLEEVE) 18 unid; Boxtruss - P50 (5m) 6 unid; Boxtruss - P50 (0,70m) 3 unid; Boxtruss - P50 (ÂNGULO) 11 unid ; Boxtruss - P30 (CUBO) 48 unid; Boxtruss - P30 (ÂNGULO) 24 unid; Boxtruss - P30 (1m) 12 unid; Boxtruss - P30 (2m) 24 unid; Boxtruss - P30 (3m) 24 unid; Boxtruss - P30 (0,20m) 18 unid; Cobertura - Lona sem emendas (avanço frontal de 1 metro e envelopamento das laterais e fundo) 140m² ; Reforço tubular 3,0 na diagonal com abraçadeiras para contra ventar as estruturas para neutralizar o balanço de acordo com o projeto; Reforço tubular 1,25 na diagonal com abraçadeiras para reforço de carga de acordo com o projeto; Boxtruss P30 - Guarda corpo no primeiro pavimento - Laterais e fundo de acordo com o projeto; Isolamento do painel de vidro da agencia bancaria
- Material em malha preta estimativa de 80m²; Escada de marinho 9m 1 unid; Piso - Estrutura com tubos, abraçadeiras, barrotes, painéis de compensados pregados em barrote e carpintaria. Contemplando um nível do camarote 102,22m²; Escadas em estrutura metálica - Estrutura tubular com abraçadeiras, barrotes e painéis de compensados 1 unid; Torre para caixa d'água 1,20 x 1,20 com 2 reservatórios de 500lts/cada - Estrutura tubular com abraçadeiras e base de apoio ao reservatório 1 unid; Banheiro c/ 2 lavatórios, 2 torneiras, 2 vasos com descargas acoplados e acentos plásticos 1 unid; Bombonas de ancoragem 1.000 litros cada, travadas com cintas e catracas 5 unid ; Pau de carga - PA Sonorização 2 unid; Iluminação dos ambientes e areas de circulação (compatibilizar com projeto).

Pavimento Térreo: 99,28 m² - Acesso/Circulações, Escada, Depósito Geral, Depósito NSA, Sala TI, Sala Sofotur, Sala da Elétrica Técnica, Sala de Descanso e Banheiro

Primeiro Andar: 83,82 m² Hall, Área de Grua, Sala de Espera, Camarim e Estúdio.

Fachada e Comunicação Visual : A fachada (mural) será revestida com Painéis em Lona Fosca tensionada em estrutura de Metalon (Painel) e Adesivos da seguinte forma:

- 1.1. Painel Lateral Esquerdo - Estrutura em aro de metalon, com lona impressa, para instalação em estrutura existente. Base: 5,50 / altura: 5,30 - 29,15m²; Painel Vertical Frente Esquerdo -Estrutura em aro de metalon, com lona impressa, para instalação em estrutura existente. Base: 0,55 / altura 3,0 – 1,65m²; Painel Horizontal Frente Térreo -Estrutura em aro de metalon, com lona impressa, com recorte da

porta de acesso (1,00x2,20m), para instalação em estrutura existente. Base:22 / altura: 3,0 – 66m²; Adesivo Frente Porta (1,00m x 2,20 m)-2,20m²; Painel Vertical Direito 1ºAndar - Estrutura em aro de metalon, com lona impressa, para instalação em estrutura existente. Base:7,70/ altura:3,00 – 23,10m²; Painel Horizontal 1ºAndar - Estrutura em aro de metalon, com lona impressa, para instalação em estrutura existente. Base:19,5/ altura:1,50 – 29,25m²; Testeira Cobertura - Estrutura em aro de metalon, com lona impressa, para instalação em estrutura existente. Base:16,55/ altura:0,50 – 8,28m²; Testeira 1º andar - Estrutura em aro de metalon, com lona impressa, para instalação em estrutura existente. Base:7,85/ altura:0,60 – 4,71m² ; Painel Grua Fundo - Estrutura em aro de metalon, com lona impressa, para instalação em estrutura existente (3,50m x 4,00m) – 13,80m² ; Guarda-corpo - Aplicação de Adesivo de recorte (4,90m x 1,10m) "#TVE O CANAL DO CARNAVAL" – 1 unid; Guarda - Corpo – Aplicação de Adesivo de recorte (2,35m x 1,10m) com as redes sociais da TVE – 1 unid; Back Light - Caixa em ACM de 3mm com pintura automotiva, na cor vermelha, seguindo forma de recorte da Marca "TVE" (1,50m x3,00m x 0,30m). Base:1,5/ altura:3,0 – 1 unid; Piso Estúdio - Adesivo fosco impresso à 1440 DPIs, com proteção – 40,48m²; Parede estúdio - Adesivo fosco impresso à 1440 DPIs, com proteção Base:18,35/ altura:2,5 – 46m²; Placas de identificação dos ambientes no estúdio - Placas de poliondas de 2mm com impressão direta, sendo 2 unids de cada cozinha, deposito nsa, sala eletrica, sala de descanso, banheiro, deposito mkt, camarim, sala de espera, 4 estudio e 1 unid sala TI; Molduras Televisões TVE; 4 unid; Placa "estamos ao vivo" (0,82x0,62m) 3 unid; Placa "autorização de operação da un" 1 unid; Placa "estamos ao vivo" | Frente e verso (0,82x0,62m) 1 unid; Placa "Wi-fi" (0,20x0,20m) 1 unid; Molduras adesivadas para fotos - ações promocionais (janela) frente e verso

Pavimento Térreo:

Acesso/Circulações: Área de 32,08m². Paredes de Octanorm.

- 1 TV de 50" presa em suporte.

Escada: Área do vão de 13,56 m². Escada em Estrutura Metálica com corrimão.

Depósito Geral: Área de 17,89 m². Paredes de Octanorm, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80m x 2,10m) com fechadura.

- Paredes de Octanorm;

- 3 Estantes de Aço (198cm x 92cm x 30cm).

Depósito NSA: Área de 7,93 m². Paredes de Octanorm, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80m x 2,10m) com fechadura e janela de madeira compensada ou Octanorm com trinco (0,60mx0,80m/ h=1,10m) para distribuição de água.

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;

- 1 Freezer Horizontal de 2 portas;

- Paredes de Octanorm;

- 1 Cadeiras com Rodízio.

Sala TI: Área de 8,67 m². Paredes de Octanorm, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80 m x 2,10 m) com fechadura. Abrigará os equipamentos e Racks da TI, três computadores.

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- 1 Prateleira em Madeira compensada (1,60 m x 0,80 m/ h=1,5 m);

- 2 Bancadas em Madeira compensada (2,60 m x 0,50 m/ h=0,75 m) (2,00 m x 0,50 m/ h=0,75 m);
- Paredes de Octanorm;
- 3 Cadeiras com Rodízio.

Sala SUFOTUR: Área de 6,62 m². Paredes de de Octanorm, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80 m x 2,10 m) com fechadura.

- Paredes de Octanorm;
- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- 1 longarinas de 3 lugares cada;

Sala Elétrica Técnica: Área de 4,21 m². Paredes de Octanorm, piso de madeira compensada, elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80 m x 2,10 m) com fechadura ou corrente e cadeado. Abrigará os quadros de distribuição e materiais diversos da área Técnica. A parte externa abrigará o Padrão de entrada da COELBA, que deverá possuir cobertura adequada contra as intempéries.

- Cobertura em madeira compensada do padrão da Coelba (1,00m x 0,30m);
- Paredes de de Octanorm;
- Quadro de Distribuição compatível com a demanda elétrica da Estrutura.
- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;

Sala de Descanso: Área de 12,21 m². Paredes de Octanorm, porta com fechadura (dimensões no projeto). Piso de madeira compensada, elevado em 10 cm.

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- Paredes de Octanorm
- 4 longarinas de 3 lugares cada;
- 2 Armários guarda volume com 12 portas.

Banheiro: Área de 6,73 m². 1 banheiro com paredes e porta em Pannel de PVC 35mm, com 2 subdivisões em Pannel de PVC 35mm para sanitários masculino e feminino, portas de sanfonadas individuais internas com fechamento, contendo ao todo 2 vasos sanitários e 2 Lavatórios c/ colunas e espelhos. Piso de madeira compensada, elevado em 10 cm, revestido com vinílico.

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- Piso Vinílico (6,73 m²);
- Forro (6,73 m²);
- 2 vasos sanitários;
- 2 espelhos (50cm x 70cm);
- 2 Lavatórios c/ colunas, com torneiras de acionamento automático;
- 3 Lixeiras;
- 1 Dispenser papel Toalha;
- 1 Dispenser de Sabonete Líquido;
- 2 Dispensers de papel higiênico.

- Shaft de PVC para passagem de tubulações.

Primeiro Andar: Toda a área de piso do primeiro andar deverá ser revestida com madeira compensada.

Hall: Área de 4,79m². (não possui guarda corpo)

- Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face;
- Piso carpete na cor cinza (4,79 m²);
- Forro em estrutura revestida de malha com blackout (9,76 m²).

Área de Grua: Área de 14,64 m². Guarda corpo em box truss revestido com malha.

- Paredes revestidas com Pannel de metalon e lona tensionada;
- Porta revestida com adesivo (1,00m x 2,10m) na parte exterior;
- Piso nivelado em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm com aplicação de adesivo fosco para piso polimérico 80 micras, alta resolução de 1440dpi (14,64 m²).

Sala de Espera: Área de 9,76 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, porta com fechadura (dimensões no projeto).

- 1 Aparelhos de Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- Piso carpete na cor cinza (9,76 m²);
- Forro em estrutura revestida de malha com blackout (9,76 m²);
- 2 Longarinas de 3 lugares cada;
- 1 Bebedouro p/Galão de Água;
- 1 Porta copo;

- 1 Lixeira;
- 1 TV de 50" presa em suporte.

Camarim/Circulação: Área de 14,15 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, porta com fechadura (dimensões no projeto).

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- Piso Carpete na cor cinza (3,69 m² + 10,46 m²);
- Forro em estrutura revestida de malha com blackout (3,69 m² + 10,46 m²);
- 1 Bancada (1,20 m x 0,70 m/ h=0,75 m) com Espelho devidamente iluminado com luz branca, tipo "Penteadeira Camarim";
- 2 Cadeiras fixas;
- 1 Cadeira Reclinável para Maquiagem;
- 1 Armários baixos com chave;
- 1 Armário guarda volume com 12 portas;
- 1 Frigobar;

- 1 Provador Arco 0,90m x 0,90m com Cortina Blackout;
- 1 Espelho de Corpo Inteiro;
- 1 TV de 32" com pé.

Estúdio: Área de 40,48 m². Paredes e pilares de chapas de MDF 01 face branca, de 10mm (dimensões no projeto). Paredes e pilares serão revestidas com adesivo fosco. Piso em MDF, nivelado, observando a queda d'água, Guarda corpo frontal em tubo metálico ou de alumínio branco e fechamento em acrílico policarbonato (7,85m x 1,15m), o guarda corpo deverá ser fixado a estrutura metálica do andar inferior, suportando os impactos e promovendo segurança aos usuários.

- 2 Aparelhos de Ar Condicionado Inverter 36.000 BTU's cada;
- Cortina de Ar na extensão do Guarda-Corpo (7,85m);
- Piso nivelado em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm com aplicação de adesivo fosco para piso polimérico 80 micras, alta resolução de 1440dpis (40,48m²);
- Forro em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm (40,48m²);
- Paredes e pilares revestidas em Adesivo fosco (9,76 m x 2,50m) (1,50m x 2,50) (2,35m x 2,50) (4,50m x 2,50) (1,50m x 2,50) (2,00m x 2,50);
- 1 TV de 50" presa em suporte.
- Instalação de 2 caixas de som de retorno, a serem fornecidas pelo IRDEB.

Iluminação Estúdio:

- 117 (cento e dezessete) Luminárias quadradas de sobrepor com 4 (quatro) lâmpadas tubulares fluorescentes com temperatura de cor de 5.600k (60x60) cm unidas em toda extensão do teto;

Observações:

- Fica na responsabilidade da Empresa Contratada a montagem do padrão de entrada da Coelba.
- Para a rede de água deve ser providenciada Caixa d'água de acordo com o Projeto enviado à Embasa. Caso não ocorra a ligação da Embasa, deve ser providenciado o fornecimento da água para todos os dias relativos a montagem e funcionamento da Estrutura;
- Para os dias da montagem deve ser garantido o fornecimento de energia elétrica para que seja possível a utilização de ferramentas elétricas, portanto deve ser providenciado Gerador Portátil para este fim.

Escada tipo marinheiro:

- Para a passagem dos cabos dos Geradores da Barra, que estarão localizados na Av. Almirante Marques de Leão - 456 (Estacionamento da Caixa Econômica) ao Estúdio localizado na Avenida Oceânica, é preciso realizar a passagem pela cobertura da Caixa Econômica.
- Para isso, será necessário garantir o acesso seguro da equipe à cobertura por meio de escada tipo marinheiro. Esta deverá estar localizada na lateral esquerda do Estúdio. Deverá ter uma altura de aproximadamente 9 metros, a ser confirmada em loco, possuir guarda corpo, a fim de garantir a segurança dos trabalhadores, e estar em bom estado de conservação, pintada e livre de patologias;

ACABAMENTOS E REVESTIMENTOS

ESTRUTURAS A estrutura básica do Campo Grande será entregue pela prefeitura (escadas, pisos, cobertura superior). As subdivisões serão instaladas, de acordo com o projeto. Essas subdivisões serão executadas parte em de Octanorm, parte em Policarbonato, parte em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm. As estruturas de MDF devem estar aprumadas e sem empenas, fixadas em barrote de madeira sem frestas, lascas ou imperfeições. Deverá ser aplicado massa entre as juntas das placas de MDF antes da instalação dos adesivos. Deverão ser emassadas as juntas das placas e pintadas as estruturas em MDF que não receberão adesivos. As estruturas metálicas não poderão estar aparentes. As lonas devem ser perfeitamente tensionadas nas estruturas de metalon e fixadas nas estruturas metálicas. As estruturas de Octanorm devem estar limpas e possuir um bom estado de conservação, devem ser fixadas de forma a suportar possíveis vibrações. Os forros devem ser travados e deverão suportar possíveis cargas resultantes de fluxo intenso de corrente de ar e vibrações.

PISOS: Em parte das áreas será aplicado carpete na cor cinza claro, em parte será aplicado piso em MDF branco 01 face branca, de 10mm, revestido com adesivo e em parte piso vinílico. Os pisos em carpete devem ser devidamente colados ao estrado de madeira. O piso em MDF deve estar em perfeito estado de conservação, sobre estrado de madeira, perfeitamente nivelado e sem empenas, frestas, lascas ou imperfeições. Deverá ser aplicado massa entre as juntas das placas de MDF. Acima das placas de MDF será aplicado Adesivo de piso polimérico 80 micras, alta resolução de 1440dpis. Nas áreas molhadas, como Cozinhas, Banheiros, deve ser aplicado piso vinílico, devidamente colado no estrado de madeira.

PORTAS:

No Campo Grande terá portas nas seguintes dimensões:

6 Portas (0,80m x 2,10m) – Madeira compensada 1 Porta (0,90m x 2,10m) – Madeira compensada 2 Portas (1,00m x 2,10m) – PVC Sanfonada 2 Porta de correr com esquadria de alumínio branca e fechamento em Policarbonato (0,90m x 2,1m) Na Barra terá portas nas seguintes dimensões: 7 Portas (0,80m x 2,10m) – Octonorm 2 Portas (0,80m x 2,10m) – Madeira compensada 2 Portas (1,20m x 2,10m) – PVC Sanfonada 1 Porta de abrir (1,00mx2,10m) – MDF (Grua) 1 Porta de correr (1,00mx2,20m) – MDF (Acesso principal) Todas as portas, em PVC, Octonorm ou madeira compensada, devem possuir fechaduras com chaves.

FORRO:

Parte do forro será parte em Octanorm, parte em estrutura revestida de malha com blackout, parte em Pannel de PVC 35mm e parte em MDF Branco 1 face 10 mm. Os forros de Octanorm e Pannel PVC devem estar limpos e possuir um bom estado de conservação, os forros devem ser fixados de forma a suportar possíveis vibrações e correntes de ar. O forro em MDF deve estar em perfeito estado de conservação, perfeitamente nivelado e sem empenas, frestas, lascas ou imperfeições. Deverá ser aplicado massa entre as juntas das placas de MDF. Caso seja necessário, deverá ser fixada lona acima dos forros, nas áreas em que a estrutura de cobertura entregue não seja suficiente para devida proteção contra chuva.

SANITÁRIO:

02 sanitários químicos tipo luxo, com pia e chave (2 para o Campo Grande) e pessoal para a limpeza diária dos sanitários. 2 sanitários com 2 subdivisões em cada, construído em Pannel de PVC 35mm, com água correte e escoamento de esgoto, com 2 vasos sanitários, 2 Lavatórios c/ colunas e espelhos.

AR CONDICIONADO

CAMPO GRANDE: Todos os ambientes abaixo serão climatizados com Split, de acordo com as seguintes especificações:

Térreo:

- Depósito NSA: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Sala TI: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's; Primeiro Andar:
- Camarim: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Sala de Espera: 1 unidade - Ar condicionado Split 18.000 BTU's;
- Estúdio: 2 unidades - Ar condicionado Inverter 24.000 BTU's; Segundo Andar: • Banheiro: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's; Cortina de Ar – 0,9 metros;
- Sala de Relacionamento: 2 unidades - Ar condicionados 60.000 BTU's; Cortina de Ar: 3,02 + 3,33 metros;
- Banheiro: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;

BARRA: Todos os ambientes abaixo serão climatizados com Split, de acordo com as seguintes especificações:

Térreo:

- Depósito NSA: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Sala SUFOTUR: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Sala da Elétrica: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Sala TI: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Sala de Descanso: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Banheiro: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;

Primeiro Andar:

- Sala de Espera: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Camarim: 1 unidade - Ar condicionado 1 Split 12.000 BTU's;
- Estúdio: 2 unidades - Ar condicionado Inverter 36.000 BTU's; Cortina de Ar na extensão do Guarda-Corpo: 5,00 + 2,40 metros;

ELÉTRICA Todos os Ambientes devem estar devidamente iluminados e com pontos de tomadas de acordo com as necessidades de cada espaço, considerando a potência de cada equipamento que será utilizado.

HIDRO SANITÁRIA Será necessário a instalação de tubulações adequadas de água fria e de esgoto para os banheiros do Campo Grande e da Barra.

MÓVEIS E ELETROELETRÔNICOS Todos os móveis e eletrônicos que são apresentadas na planta e descritos no termo deverão ser disponibilizados em perfeito estado e em condições adequadas de utilização. As cores do mobiliário das Salas de Relacionamento devem ser aprovadas pelo IRDEB.

A disposição dos mobiliários e equipamentos também serve como base para a instalação dos pontos de luz e de tomadas em cada um dos ambientes.

INSTALAÇÃO ELÉTRICA:

Toda instalação elétrica deverá ser executada por profissional habilitado de acordo com as normas da ABNT. As instalações devem ser devidamente comandadas por disjuntores térmicos obedecendo às normas da ABNT.

É obrigatória a utilização de cabo não propagador de chamas e com dupla isolamento mecânica (tipo PP) protegido com dutos rígidos, quando se fizer necessário, até o quadro de distribuição. Em caso de dúvida, consultar a NBR 5410.

Toda área deverá, obrigatoriamente, ter aterramento composto de três hastes terra de 5/8"x2400mm, com fincamento em solo e interligadas através de cabos de cobre nu de 25 mm². O valor da resistência de aterramento deverá ser igual ou inferior a 20 ohms.

As lâmpadas do teto deverão ser tubulares, LED T8, temperatura de cor mínima 6.500 K, vida útil mínima de 25.000 h, Índice de Reprodução de Cor (IRC), mínimo de 80, fator de potência (FP) mínimo 0,92, base G13.

Potência 18 W, tensão 100 V - 240 V, instaladas em luminárias de sobrepor com refletor e aletas, em chapa de aço tratada e pintada com epóxi, cor branca, para 2 lâmpadas LEDs tubulares de dimensões aproximadas de 28X1200mm, tipo T8 de 20W, em quantidade adequada à perfeita iluminação dos ambientes.

Projetar interruptores para cada ambiente que deverão estar no quadro de distribuição.

A montadora deverá instalar todas as tomadas que se fizerem necessárias seguindo as seguintes especificações de acordo com o que os equipamentos exigem: i) Alimentação de 127 ou 220 V+5%; ii) Tomadas de 03 pinos, tipo Fame, Prim Elétrica, Pial ou similar; iii) Aterramento do 3º pino das tomadas.

Todas as tomadas deverão ser aterradas.

INSTALAÇÃO HIDRO SANITÁRIA: Será necessária a instalação de rede hidro sanitárias nos banheiros do Estúdio do Campo Grande e da Barra.

As instalações de água fria deverão ser em PVC Rígido, obedecendo a NBR 5626, referente à instalação predial de água fria e a NBR 5680 referente a dimensionamento.

As instalações devem garantir o fornecimento da água de forma contínua em quantidade adequada e com pressões e velocidades compatíveis com o perfeito funcionamento dos aparelhos sanitários, peças de utilização e demais componentes.

Devem ser projetadas a evitar níveis de ruído inadequados à ocupação do ambiente, proporcionando conforto aos usuários, prevendo peças de utilização adequadamente localizadas, de fácil operação e com vazões satisfatórias. As instalações devem ser de fácil manutenção.

Deve ser consultada a possibilidade de utilização direta de água proveniente da concessionária ou do reservatório de água da estrutura fornecida, caso não seja possível, deve ser prevista a instalação de reservatório próprio (caixa d'água). Neste caso, a água deve ser fornecida para enchimento e reposição do reservatório, levando em consideração a quantidade necessária para todos os dias do evento.

As instalações de esgoto deverão ser em PVC rígido, obedecendo a NBR 8160, referente a sistema predial de esgoto sanitário.

As instalações devem impedir a contaminação da água potável (retrossifonagem e conexão cruzada), possibilitar acesso e manutenção adequados e oferecer ao usuário um conforto adequado à finalidade de utilização. Os efluentes deverão ser despejados em rede pública, com a devida autorização do órgão competente. As instalações de água fria e esgoto não poderão estar aparentes, sendo necessário serem instaladas atrás das

paredes de PVC e abaixo dos pisos de madeira compensada. As instalações deverão ser cobertas por malha na parte externa da estrutura, com possibilidade de acesso para manutenção.

Será necessária a apresentação de projeto Hidro Sanitário (água fria e esgoto) ao Órgão competente, assim como a sua autorização para instalação.

ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO: A montadora é responsável em designar uma equipe para prestar assistência técnica e manutenção 24 horas por dia, bem como fornecer, caso necessário, material de reposição durante o período do carnaval.

PRAZO DE ENTREGA: Toda a Estrutura descrita neste termo deverá ser entregue completamente concluído com a antecedência de 48 horas à abertura do carnaval, limpo e obedecendo estas especificações.

DESMONTAGEM: A contratada deverá obedecer rigorosamente ao prazo de desmontagem acordado no contrato e a área deverá ser reparada caso ocorra algum dano.

SEGURO: Contrato de seguros específicos de riscos e responsabilidade civil, os quais oferecem cobertura suficiente aos riscos envolvidos durante a montagem e a desmontagem dos Estúdios com o período de realização do evento.

A ausência da apólice ou a ineficácia dessas, na cobertura dos riscos, implicará na responsabilidade total da montadora perante a promotora, por todos os prejuízos que vierem a ocorrer, cabendo-lhes indenizar e recompor todos os danos ocorridos à promotora, área de exposição e a terceiros.

RESPONSABILIDADE DA MONTADORA

Tomar conhecimento das normas e regulamentos do Carnaval de Salvador, bem como efetuar, o pagamento das taxas inerentes à montagem.

A RRT OU ART correspondente de montagem e dos projetos elétrico e hidro – sanitário, estrutural, segurança contra incêndio, deverão ser de inteira responsabilidade da empresa contratada. Esta taxa (RRT's ou ART's) deverá ser recolhida e colocada em local de fácil acesso para quando solicitada pelo órgão fiscalizador. Obs.: Qualquer contradição entre a especificação e a planta prevalecerá à primeira. Todas as medidas deverão ser confirmadas em loco. A empresa contratada deverá utilizar mão de obra especializada e necessária para a perfeita execução dos serviços nas áreas de estrutura metálica, carpintaria, marcenaria, serralheria, policarbonato, elétrica, hidro sanitária, acabamento e plotagem

A empresa contratada fornecerá toda mão de obra, material e insumo de qualidade, necessários para a execução do projeto

Os serviços serão realizados mediante a aprovação final do projeto e orçamento por parte da contratante, após a liberação dos espaços destinados a montagem dos estúdios nos circuitos do Campo Grande e Barra, antes da abertura do Carnaval 2026.

A execução dos serviços será conferida por um representante da contratante. A aprovação final será deste representante, que acompanhará toda montagem dos estúdios.

EXIGÊNCIA E CONDIÇÃO DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

A empresa contratada deverá disponibilizar um responsável técnico para o acompanhamento dos serviços. Este profissional deve possuir qualificação técnica e experiência capaz de supervisionar, coordenar e sanar toda e qualquer dúvida pertinente aos serviços realizados por seus subordinados

1.1.2.1 Na contratação de que trata este TR/Habilitação não será exigida da contratada a realização de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

1.2 O prazo de vigência do Contrato é de 6 meses, a contar da data da (x) assinatura do Contrato () subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM () subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS, observado o artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2.1 O prazo de execução do objeto, a contar da **data da expedição da AUTORIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO(APS)** , será de 20 () meses (X) dias, observado o limite referido no subitem 1.2.

1.3 O Contrato apresenta maior detalhamento das regras que serão aplicadas ao prazo de vigência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A fundamentação da contratação, da caracterização do objeto e de seus quantitativos está especificada: (x) em tópico próprio do Estudo Técnico Preliminar () na descrição a seguir: (...)

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo está especificada:
(x) em tópico próprio do Estudo Técnico Preliminar () na descrição a seguir: (...)

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Sustentabilidade:

4.1.1 Devem ser atendidos os seguintes os critérios de sustentabilidade, conforme justificativa apresentada pelo gestor competente no processo administrativo de que trata este TR/Habilitação, **doc. SEI:** 00125632636 (...)

2. Indicação de marcas ou modelos

4.2.1 A Administração **não** indicará marca(s), característica(s) ou modelo(s).

3. Exame de adequação do objeto (amostras, exame de conformidade, prova de conceito, ou outros testes destinados à aferição da aceitabilidade da proposta)

4.3.1 Não será exigido(a) exame de adequação do objeto.

4. Vistoria

4.4.1 A avaliação prévia do local de execução do objeto é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 17 horas (art. 63, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.4.1.1 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5. Subcontratação

4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. Garantia

4.6.1 Garantia de proposta

4.6.1.1 Não haverá exigência da garantia de proposta de que trata o art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. Garantia da contratação

4.6.2.1 Será exigida a garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, no **percentual de 5 % (cinco por cento) do valor** inicial do Contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades indicadas no referido art. 96, §1º.

4.6.2.1.1 A garantia na modalidade caução em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser indicada pelo Contratante, com correção monetária.

4.6.2.1.2 Para garantia na modalidade títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia (art. 96, §1º, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.2.1.3 Para garantia na modalidade fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

4.6.2.1.4 Na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou fiança bancária, a prova da garantia, sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, deverá ser apresentada no **prazo de 30 (trinta) dias, após** () autorização da contratação direta (x) assinatura do Contrato.

4.6.2.1.5 Na hipótese de garantia na modalidade seguro garantia:

a) deverá ser prestada em **até 30 (trinta) dias**, contados da data da homologação da licitação e anteriormente à assinatura do Contrato (art. 96, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

b) tratando-se de contratação direta, ou na hipótese de contratação oriunda do SRP, a garantia deverá ser prestada anteriormente à assinatura do Contrato.

c) a apólice vigorará **por 15 (Quinze) dias** após o término da vigência do Contrato e continuará em vigor mesmo que a contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia (art. 97, incs. I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

d) a apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

e) será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 4.6.2.1.8 (art. 97, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

f) ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos da regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia.

4.6.2.1.6 No caso das modalidades seguro garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.

4.6.2.1.7 Caso utilizada outra modalidade de garantia diversa do seguro garantia, a sua liberação ou restituição somente ocorrerá após a fiel execução do Contrato ou a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.6.2.1.8 Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento do Contratante, a contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a

ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo Contratante.

4.6.2.1.9 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, somente será aceita se, observada a legislação que rege a matéria, contemplar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, bem como de multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento, independentemente de outras cominações legais.

4.6.2.1.10 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados para a contratação.

4.6.2.1.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no mesmo prazo estabelecido para comprovação da garantia originária.

4.6.2.1.12 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.6.2.1.13 O emitente da garantia ofertada pela contratada deverá ser intimado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.6.2.1.14 A liberação ou restituição da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo da totalidade do objeto do Contrato, com a demonstração de cumprimento, pela contratada, das obrigações pactuadas.

4.6.2.1.15 O garantidor não é parte em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.6.2.1.16 A contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR/Habilitação.

4.6.2.1.17 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 59, §6º da Lei Federal nº 14.133/2021).

7. Participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio

(x) Sim

() Não, conforme justificativa constante do processo administrativo de que trata este TR/Habilitação, **doc. SEI** (art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

1. Regime de execução

5.1.1 O regime de execução será:

() empreitada por preço unitário (x) empreitada por preço global () empreitada integral

() contratação por tarefa () contratação integrada

() contratação semi-integrada.

2. Condições de execução

5.2.1 A execução do objeto se dará da seguinte forma:

5.2.1.1 Início da execução do objeto: 1 dia, a **contar da data** () da **assinatura do Contrato**, (x) da subscrição da **Autorização de Prestação de Serviços – APS**

() **Ordem de Serviço – OS.**

5.2.1.2 Cronograma de realização do objeto:

Barra:

Semana 01 – Estruturas metálicas

Semana 02 – Fechamento internos e externos, hidráulica e elétrica

Semana 03 – Montagem Cenografia

Campo Grande:

Semana 01 – Fechamento internos e externos, hidráulica e elétrica
Semana 02 – Montagem Cenografia

3. Local da execução

5.3.1 As especificações do endereço para execução do objeto constam:

() do anexo integrante deste TR/Habilitação (x) da descrição abaixo

Estúdio Barra

Av. Almirante Marques de Leão, 456 - Barra, Salvador - BA, 40140-230

Estúdio Campo Grande

Largo do Campo Grande, Salvador – BA

4. Materiais a serem disponibilizados

5.4.1 Para a perfeita execução do objeto, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades suficientes e adequadas.

5. Especificação da garantia técnica e pela solidez e segurança

5.5.1 Incidem na contratação as garantias do art. 26 do Código de Defesa do Consumidor (CDC), do art. 618 do Código Civil (CC) e do art. 140, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.5.2 O prazo legal de garantia técnica será de **30 (trinta) dias**, tratando-se de fornecimento de serviço e, quando houver, de produtos não duráveis, e de **90 (noventa) dias**, tratando-se de fornecimento de serviço e, quando houver, de produtos duráveis, contado da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços (art. 26, incs. I e II, e §1º, do CDC).

6. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6.1 As informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam deste TR/Habilitação.

5.6.2 O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data da efetiva realização da sessão pública.

5.6.2.1 Será considerada não escrita a fixação de prazo de validade inferior ao mínimo, ficando facultado aos licitantes ampliá-lo.

5.6.3 O licitante deverá apresentar a sua proposta e declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo integrante deste TR/Habilitação.

5.6.4 O licitante está obrigado a destinar parcela do quantitativo de trabalhadores necessários para a execução do objeto de que trata este TR/Habilitação aos beneficiários do Programa de Inserção de Apenados e Egressos no Mercado de Trabalho (PRO-TRABALHO), instituído pelo Decreto nº 14.764, de 03 de outubro de 2013, quando a quantidade de trabalhadores necessários para a execução do Contrato que será firmado entre a Administração e o licitante vencedor seja igual ou superior a 06 (seis), observadas as demais previsões do mencionado Decreto.

5.6.4.1 Caso a quantidade de trabalhadores necessária para a execução do Contrato administrativo seja igual ou inferior a 05 (cinco), será facultativa a destinação de parcela dos trabalhadores aos beneficiários do PRO-TRABALHO.

5.6.4.2 Será destacado na fatura mensal o quantitativo de trabalhadores beneficiários do PRO-TRABALHO, acompanhados dos valores pertinentes, conforme as cláusulas e condições indicadas nos subitens seguintes.

5.6.4.3 A aferição do quantitativo de trabalhadores beneficiários do PRO-TRABALHO que deverá ser destinado pela contratada para a execução do Contrato será realizada mensalmente a partir do documento utilizado para emissão das guias de recolhimento das contribuições de assistência e previdência social e de FGTS correspondente aos trabalhadores que não se encontram nessa condição.

5.6.4.3.1 Na aferição de que trata o subitem 5.6.4.3 deverão ser excluídos os próprios trabalhadores beneficiários do PRO-TRABALHO, qualquer que seja a sua condição de segurado da previdência social.

5.6.4.4 Ao formular sua proposta e participar do certame, o licitante declara sua concordância em destinar parcela de quantitativo de trabalhadores necessários para a execução do objeto de que trata este TR/Habilitação aos beneficiários do PRO-TRABALHO.

5.6.4.5 As vagas a serem disponibilizadas aos beneficiários do PRO-TRABALHO serão definidas conforme a Instrução Normativa SEAP/SETRE/SAEB nº 001/2018, observando-se:

- a) quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do Contrato for igual ou menor que 05 (cinco), a contratação de que cuida o PRO-TRABALHO será facultativa;
- b) quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do Contrato estiver entre 06 (seis) e 19 (dezenove), deverá haver a disponibilização de, no mínimo, uma vaga;
- c) quando o contingente mínimo de trabalhadores necessários para a execução do Contrato for de 20 (vinte) ou mais, haverá disponibilização de 5% (cinco por cento) das vagas existentes;
- d) quando o resultado da aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) for acima de número inteiro, será considerado, para fins de contratação dos trabalhadores do PRO-TRABALHO, o número inteiro desconsiderando-se a fração.

5.6.4.5.1 Apenas os beneficiários do PRO-TRABALHO que cumprem pena em regime semiaberto ou aberto, nos termos do art. 33 do Código Penal Brasileiro c/c arts. 36, 110 e 119 da Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), não estão sujeitos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conforme §2º do art. 28 da Lei Federal nº 7.210/1984.

5.6.4.5.1.1 A remuneração e os encargos concernentes aos beneficiários do PRO-TRABALHO indicados no subitem anterior que não estão sujeitos ao regime da CLT observará a legislação pertinente, nos termos do §2º do art. 28 c/c art. 29 da Lei Federal nº 7.210/1984.

5.6.4.5.1.2 Por ocasião da efetiva execução do Contrato, deverá ser anexada à fatura mensal de prestação de serviços ou de realização da obra relação do contingente de trabalhadores oriundos do PRO-TRABALHO que, na forma do subitem 5.6.4.5.1, não estão sujeitos ao regime da CLT.

5.6.4.5.2 A aplicação do Programa deverá observar os critérios previstos nos arts. 36 e 37 da Lei de Execução Penal, bem como quaisquer exigências, impedimentos, incompatibilidades ou vedações legais à contratação de pessoas presas e egressas do sistema prisional.

5.6.4.5.3 O licitante, uma vez contratado, deverá atender também às obrigações concernentes ao PRO-TRABALHO, nos termos disciplinado nos subitens seguintes.

5.6.4.5.3.1 Observar as disposições do Decreto nº 14.764/2013, e da Instrução Normativa SEAP/SETRE/SAEB nº 001/2018.

5.6.4.5.3.2 Apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do início efetivo da execução dos serviços, a lista dos empregados selecionados pelo SINEBAHIA com base nos cadastros mantidos pela SEAP e que se enquadrem como beneficiários do PRO-TRABALHO, observados os quantitativos definidos e as categorias indicadas art. 6º, incs. I e II, do Decreto nº 14.764/2013, comprovando a sua efetiva contratação.

5.6.4.5.3.3 Manter durante todo o tempo da execução do Contrato, incluindo-se suas prorrogações, no limite determinado pela legislação, a relação de proporcionalidade entre as vagas disponibilizadas aos beneficiários do PRO-TRABALHO e aquelas necessárias à execução dos serviços relacionados ao Contrato.

5.6.4.5.3.4 Comunicar imediatamente ao fiscal do Contrato, que, no prazo de até 24 horas, deverá repassar essa comunicação à Diretoria de Integração Social/Superintendência de Ressocialização Sustentável/SEAP, a falta ao trabalho ou desligamento do beneficiário do PRO-TRABALHO, observando-se, ainda, que:

- a) após o desligamento do beneficiário do PRO-TRABALHO, a empresa contratada terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para providenciar o preenchimento da vaga em aberto, com o auxílio da SETRE, o que será objeto de acompanhamento por parte do fiscal do Contrato;
- b) não havendo candidato apto para o preenchimento da vaga disponível, caberá à SETRE emitir atestado com tal informação, entregando-o à empresa contratada no prazo de até 05 (cinco) dias

úteis, contado do recebimento da comunicação acerca da necessidade de contratação de novo beneficiário do PRO-TRABALHO; e

c) a contratada poderá preencher a vaga com terceiros não beneficiários do PRO-TRABALHO, caso a SETRE não cumpra com o prazo estabelecido na alínea "b" acima, observado o subitem 5.6.4.5.3.6.

5.6.4.5.3.5 Em caso de regressão do regime de cumprimento da pena do empregado beneficiário do PRO-TRABALHO ou de qualquer outro fato que possa ensejar o seu desligamento da empresa que o contratou nos termos do Decreto nº 14.764/2013, a contratada deverá providenciar o preenchimento da vaga surgida, observando os mesmos prazos e procedimentos definidos no subitem 5.6.4.5.3.4.

5.6.4.5.3.6 O não cumprimento da cota reservada para beneficiários do PRO-

TRABALHO só será tolerado quando a contratada apresentar atestado emitido pela SEAP informando a inexistência de beneficiário do mencionado Programa que se enquadre ao perfil da vaga disponibilizada.

5.6.4.5.4 A não observância das regras do PRO-TRABALHO implica inadimplemento contratual e possibilita a extinção do Contrato por ato unilateral da Administração, além da aplicação das sanções legais.

5.6.5 Além das informações que já constam neste TR/Habilitação, constituem, ainda, informações relevantes para o dimensionamento da proposta as que constam do **anexo** integrante deste TR/Habilitação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e da Lei Estadual nº 14.634/2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, *caput*, da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

6.2.1 O impedimento a que se refere o subitem anterior, total ou parcial, da execução do Contrato por fato ou ato de terceiro, deve ser reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagem eletrônica por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 O acompanhamento da execução do Contrato compreenderá as atividades de gestão e fiscalização na forma dos arts. 15 a 23 do Decreto nº 22.885/2024, observando-se, ainda, o disposto nos arts. 7º e 17 do Decreto nº 23.059/2024.

6.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua intimação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua justificativa.

6.5.2 O prazo de que trata o subitem 6.5.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

6.5.3 Não havendo regularização ou não sendo aceita a justificativa apresentada, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à apuração dos fatos nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.6 Após a assinatura do Contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para alinhamento da execução do Contrato e demais procedimentos de gestão do ajuste.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1 RECEBIMENTO DO OBJETO

1. Recebimento provisório

7.1.1.1 O objeto do Contrato será recebido provisoriamente, no prazo de 8 (Oito) dias, pelo(s) fiscal(is) do Contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, inc. I, "a", da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.1.1.1.1 O prazo de que trata este subitem anterior será contado do recebimento de comunicação escrita da contratada com a comprovação da execução do objeto a que se refere a parcela a ser paga.

Medição

7.1.1.1.2 O recebimento provisório de obras e serviços de engenharia será precedido da medição da execução do objeto.

7.1.1.1.2.1 A medição da execução do objeto contratado se dará conforme aferição das etapas definidas no cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, conforme anexo deste TR/Habilitação, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários (art. 46, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.1.1.1.2.1.1 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando o quantitativo de itens de obra e/ou serviços previstos para aquela etapa no cronograma físico-financeiro tiverem sido executados em sua totalidade.

7.1.1.1.2.2 A medição dos serviços prestados será efetuada em períodos de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da assinatura da Ordem de Serviço, e deverão conter as parcelas do objeto contratado efetivamente realizadas no período, segundo a correspondente planilha orçamentária e o que dispõe o Critério Geral de Medição e Pagamento, anexos a este TR/Habilitação.

7.1.1.1.2.3 A contratada deverá apresentar planilha e memória de cálculo detalhada da parcela do objeto medida.

7.1.1.1.2.4 A medição deverá conter um relatório fotográfico, com as fotos iniciais e finais da obra, especificamente para as parcelas mais expressivas do objeto definidas em anexo deste TR/Habilitação. 7.1.1.1.2.4.1 O relatório fotográfico deverá ser composto por uma quantidade de fotos que represente de forma significativa a execução da obra, sendo 02 (duas) fotos por folha em formato A4.

7.1.1.2 A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados (art. 119 da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.1.1.3 O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste TR/Habilitação e na proposta, devendo ser substituído ou corrigido no prazo de **1 (um) dia**, a contar da intimação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (art. 140, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.1.1.4 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do Contrato deverá(ão) emitir relatório sobre o efetivo cumprimento das obrigações da contratada e, se for o caso, analisar o desempenho na execução do Contrato nos termos do art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021, em consonância com os indicadores que deverão integrar este TR/Habilitação como anexo, encaminhando-o ao gestor do Contrato.

7.1.1.4.1 A análise do desempenho na execução do Contrato de que trata o art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021 poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

7.1.1.5 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição do objeto até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.

7.1.1.6 O recebimento provisório estará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.1.1.7 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do Contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

7.1.1.7.1 Para fins de emissão do Termo de Recebimento Provisório final das obras/serviços e de pagamento da última parcela, a fiscalização deverá exigir da contratada o relatório "**AS BUILT**" correspondente.

2. Recebimento definitivo

7.1.2.1 O recebimento definitivo ocorrerá no **prazo de 16 (Dezesseis) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, observados os seguintes procedimentos (art. 140, inc. I, "b" da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) emissão de documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) sobre o cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos nos termos do Decreto nº 23.059/2024, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- b) análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicação das cláusulas contratuais correspondentes, solicitando à contratada por escrito, as respectivas correções;
- c) emissão de termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços, com base nos relatórios elaborados e documentações apresentadas;
- d) comunicação à contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- e) envio da documentação correspondente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão;
- f) exigência de apresentação pela contratada do Relatório "AS BUILT", no caso de obras e serviços de engenharia.

7.1.2.1.1 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.2.1.2 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato (art. 140, §§2º e 6º da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.1.2.2 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa, conforme art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

7.1.2.2.1 Para fins do subitem anterior, o valor da parcela incontroversa deverá ser comunicada à contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

7.1.2.3 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

2. LIQUIDAÇÃO

7.2.1 Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no **prazo de 8 (Oito) dias úteis**, prorrogáveis por até **8 (Oito) dias úteis**, adotará, na forma deste subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.

7.2.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela contratada possui(em) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do Contrato e do Contratante; d) o período respectivo de execução do Contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.3.1.1.1 Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante;

7.4.4 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste TR/Habilitação.

3. PAGAMENTO

1. Prazo para pagamento

7.3.1.1 O pagamento será efetuado no **prazo de 8 (Oito) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.

7.3.1.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do INPC, *pro rata tempore*.

2. Forma de pagamento

7.3.2.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da contratada aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia.

7.3.2.1.1 Optando a contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada neste subitem, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.

7.3.2.2 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, inclusive os destaques necessários às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.

7.3.2.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver incidência tributária.

7.3.2.4 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.3.2.5 Para fins de pagamento, deverão ser adicionalmente observados:

- a) a verificação, pela fiscalização, da conformidade da nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentada pela contratada com as atividades efetivamente executadas, bem como do pagamento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Previdência Social) e da regularidade trabalhista, correspondentes ao mês da última nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) vencido(s), quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual;
- b) o pagamento da primeira parcela está condicionado à apresentação:
 - b.1) do registro do Contrato no Conselho de Classe respectivo;
 - b.2) da Anotação/Registro de Responsabilidade Técnica no Conselho de Classe respectivo;
 - b.3) da comprovação de instalação da placa de divulgação e identificação;
 - b.4) da prova da matrícula da obra/serviço junto à Previdência Social, quando for o caso;
 - b.5) guias de recolhimento das contribuições de assistência e previdência social e do FGTS, nos termos da legislação específica em vigor, as quais deverão estar acompanhadas de declaração da contratada, atestando, sob as penas da lei, que as mesmas correspondem fielmente ao total da mão-de-obra empregada nos serviços contratados, excepcionando-se as situações em que a contribuição do segurado seja facultativa.
- c) quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116/2003, e legislação municipal aplicável, e ainda:
 - c.1) os serviços/obra serão medidos mensalmente, em cujo processo deverá constar a real alíquota de ISSQN adotada pelo Município no qual os serviços/obra foram tributados;
 - c.2) nas medições que abrangerem mais de um Município, o cálculo do ISSQN deverá ser realizado para cada Município onde houver a incidência do tributo, sendo que as extensões de cada Município serão verificadas em campo e informadas pelo engenheiro fiscal da obra/serviço;
- d) nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços/obra executados total ou parcialmente;

e) para efeito do pagamento da última parcela, a contratada deverá apresentar a baixa definitiva da matrícula da obra/serviço junto ao INSS com a respectiva certidão negativa de débito – CND, quando for o caso, observando-se o que se segue, na hipótese da impossibilidade de atendimento ao disposto neste subitem:

- e.1) ao final da obra, se houver comprovação de que a contratada apresentou ao Órgão competente os documentos necessários para expedição de CND e se a Administração tiver como aferir e atestar, de forma expressa, em documento assinado e com identificação do seu subscritor, que todas as obrigações previdenciárias relacionadas à obra realizada foram cumpridas, poderá ser liberado o pagamento;
- e.2) deverá ser instaurado procedimento administrativo próprio para apurar o descumprimento contratual;
- e.3) antes da instauração de procedimento administrativo de apuração e aplicação de penalidade, deverá a Administração fixar um prazo razoável para que a empresa comprove a baixa da matrícula e apresente a CND.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA PROPOSTA E EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 A seleção da proposta será feita em procedimento de:

- ☐ Contratação direta
- ☒ Licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento ☒ menor preço
 - ☐ maior desconto
- ☐ Licitação, na modalidade concorrência, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento ☐ menor preço
 - ☐ maior desconto
 - ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico, conforme anexo ☐ técnica e preço, conforme anexo

2. Exigências de habilitação

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

1. Habilitação jurídica

8.2.1.1.1 Para **Pessoas Jurídicas**:

- a) empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis;
- b) microempreendedor individual – MEI: certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- d) sociedades simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- e) empresa ou sociedade estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, observando-se a Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, quando a atividade assim o exigir.
- f) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g) ato de autorização para o exercício da atividade de Montagem de estrutura metálica e Montagem Cenográfica, expedido por CREA ou CAU

8.2.1.1.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes ☒ Estadual/Distrital ☒ Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade com a Fazenda ☒ Estadual/Distrital ☒ Municipal/Distrital do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei;
 - c.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- e) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- g) em se tratando de contratação direta, prova de regularidade com a Fazenda do Estado da Bahia, ou o compromisso de sua regularização e sua efetiva realização, como condição para celebração do Contrato, nos termos do art. 65 da Lei estadual nº 14.634/2023.

8.2.1.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

3. Habilitação Econômico-Financeira

☒ **dispensável parcialmente** (IN SAEB Nº 10/2024), consistindo em:

- ☒ contratação para entrega imediata: aquisição remunerada para fornecimento de uma só vez, com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da expedição da ordem de fornecimento; (item 3, inc. I, da IN SAEB Nº 10/2024)

() contratação em valor inferior a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação definido no inc. II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas atualizações, observado o disposto no art. 24 da Lei nº 14.634/2023 (item 3, inc. II, "a" da IN SAEB Nº 10/2024)

() contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, até o valor definido no inc. III do art. 70 da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas atualizações, observado o disposto no art. 24 da Lei nº 14.634/2023 (item 3, inc. II, "b" da IN SAEB Nº 10/2024)

8.2.1.3.1 Na hipótese de dispensa parcial, será exigida, para efeito de habilitação econômico-financeira:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação ou da contratação direta, caso o documento não consigne prazo de validade;

() **exigível**

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação ou da contratação direta, caso o documento não consigne prazo de validade;

b) índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante)

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

b.1) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

b.1.1) Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas.

b.2) O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

b.3) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis podem ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.4) O licitante apresentará o balanço patrimonial e a demonstração de resultado do exercício mediante, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação ou na Central de Balanços dentro do ambiente Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde eles foram transcritos, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial, emissão extraída do SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação.

b.5) O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem será atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante (art. 69, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.2.1.3.1 Na licitação por lotes, quando for atingido o limite da capacidade econômico-financeira do licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

8.2.1.3.2 Na hipótese de participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, para fins de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo no percentual de 20% (Vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais;

4. Qualificação Técnica

a) comprovação de capacitação **técnico-profissional**, através da apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação, limitadas estas às parcelas de maior relevância ou valor significativo (art. 67, inc. I, §§1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

a.1) O vínculo profissional entre o profissional e o licitante poderá ser comprovado através de: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela execução do objeto licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

a.2) Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (art. 67, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

a.3) Não será admitido que um mesmo profissional indicado como responsável técnico participe de mais de uma proposta apresentada por licitantes diversos.

b) comprovação de capacitação **técnico-operacional**, mediante apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade

operacional na execução de objeto similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo (art. 67, inc. II, §§1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

b1) na hipótese de atividade não regulada por conselho profissional, a capacitação **técnico-operacional** referida neste item poderá ser demonstrada por certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente conforme modelo anexo a este TR/Habilitação.

b2) Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do objeto cuja subcontratação tenha sido expressamente autorizada neste TR/Habilitação, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado (art. 67, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

c) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, preferencialmente conforme modelo anexo a este TR/Habilitação (art. 67, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

c.1) Para fins desta alínea "c", o licitante deverá apresentar, sob as penas da lei, em especial do disposto no art. 155, inc. VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, a relação explícita e declaração formal de disponibilidade, de acordo com as especificações exigidas;

c.2) Quanto ao pessoal técnico, será observado o que se segue:

c.2.1) relação do pessoal técnico indicado pelo licitante deverá estar acompanhada da demonstração de vinculação à futura execução contratual, mediante a juntada no sistema eletrônico, de quaisquer dos seguintes documentos: a) Carteira de Trabalho; b) Certidão do Conselho Profissional; c) Contrato social; d) Contrato de prestação de serviços; e) Termo através do qual o profissional assuma o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa no caso do objeto contratual vir a ser a esta adjudicado.

- c.2.2) Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do objeto da licitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (art. 67, §6º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- c.2.3) Não será admitido que um mesmo profissional indicado como responsável técnico participe de mais de uma proposta apresentada por licitantes diversos.

d) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, se for o caso (art. 67, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021);

e) registro ou inscrição do licitante na entidade profissional competente, se for o caso CREA ou CAU;

e.1) No caso de empresa não registrada no respectivo Conselho no Estado da Bahia, deverá apresentar o registro do Conselho do Estado de origem, ficando o licitante vencedor obrigado a apresentar o visto do Conselho local antes da assinatura do Contrato.

e.2) No caso de Sociedades empresárias estrangeiras, o atendimento da exigência de que trata esta alínea "e" se dará por meio da apresentação, no momento da assinatura do Contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

f) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, preferencialmente conforme modelo anexo a este TR/Habilitação, **assegurada a realização de vistoria prévia**, a fim de atestar que o licitante conheça o local e as condições para a execução do objeto (art. 67, inc. VI, c/c art. 63, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

f.1.1) Ainda que o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, preferencialmente conforme modelo anexo a este TR/Habilitação.

f.1.2) Se a atividade não estiver submetida à fiscalização de conselho profissional, a declaração formal deverá ser assinada pelo responsável legal do licitante ou por pessoa por ele indicada, que possua condições técnicas de se responsabilizar pela execução do objeto que será contratado.

8.2.1.4.1 Serão consideradas como parcelas de maior relevância ou valor significativo, para fins das alíneas "a", "b" e "c" deste tópico:

PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA OU VALOR SIGNIFICATIVO	QUANTITATIVO TOTAL (100%)	COMPROVAÇÃO MÍNIMA (50%)
Montagem de estrutura metálica	300m²	150m²

8.2.1.4.1.1 Na hipótese de objeto em que não seja possível distinguir as parcelas de maior relevância ou valor significativo (objeto homogêneo), poderá ser indicada **parcela única**, sendo considerada satisfatória a comprovação da execução de, no mínimo, 50 % (Cinquenta por cento) do(s) quantitativo(s) previsto(s) neste TR/Habilitação.

8.2.1.4.2 Na hipótese de licitação por lotes, será observado o disposto a seguir:

8.2.1.4.2.1 A demonstração da qualificação técnica deverá ser feita em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que o licitante tenha apresentado as melhores ofertas.

8.2.1.4.2.2 Quando for atingido o limite da capacidade técnica do licitante, este será declarado inabilitado para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

8.2.1.4.3 No caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica (art. 67, §10, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.2.1.4.3.1 Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações ou contratações diretas destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas; 8.2.1.4.3.2 Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações ou contratações diretas destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

8.2.1.4.3.3 Na hipótese deste subitem 8.2.1.4.3, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

3. Disposições gerais

8.3.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.3.2 Regras acerca da participação de matriz e filial:

- se o licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;
- a comprovação de capacidade operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação ou da contratação direta poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;
- se o licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação e qualificação da matriz e desejar executar o Contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do

Contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

8.3.3 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS poderá substituir os documentos de habilitação, na forma indicada neste TR/Habilitação.

8.3.3.1 Caso conste do registro algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto aos demais documentos de habilitação.

8.3.3.2 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pela Administração.

8.3.3.3 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema, exceto os concernentes à Qualificação Técnica.

8.3.4 Na hipótese de participação de pessoas jurídicas em consórcio, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado (art. 15, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação é de R\$ 1.396.141,00 (um milhão, trezentos e noventa e seis mil cento e quarenta e um reais), conforme planilha de quantitativos e preços unitários e global () abaixo (x) em anexo, os quais correspondem **ao critério máximo de aceitabilidade dos preços unitários e global.**

LOTE/ ITEM	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecim ento (UF)	Quantitativo	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL	DEGRAU
1	08.42.11.00090 915-7.	INSTALACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM, de estrutura provisoria, metalica, para construcao de estudios, camarins e areas de servicos, com fechamento em madeira e cenografado em MDF, mobiliado, com delimitacao em estrutura de madeira e cobertura com toldo, especifico para acoes da transmissao da TVE e Radio Educadora do Carnaval de Salvador.	01	01	R\$ 1.396.141,00	R\$ 1.396.141,00	10
				VALOR ESTIMADO TOTAL		R\$ 1.396.141,00	

9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e, quando elaborada a matriz de risco, a sua alocação entre contratante e contratada.

9.3 Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço serão considerados (art. 59, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021):
a) valor global: R\$ 1.396.141,00.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas para o pagamento da presente contratação correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
11201 - Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia - IRDEB	12 - Educação	392 - Difusão Cultural	422 - Escola Presente: Permanências e Aprendizagem	6373 - Dinamização da Programação dos Meios de Comunicação
Região/planejamento	Natureza da despesa	Destinação do recurso	Tipo de recurso orçamentário	
9900- Estado	3.3.90.39.000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500.0.100.000000.00.00.00 ou 1.501.0.213.000000.00.00.00	Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro.	Recursos Diretamente Arrecadados por Entidades da Administração Indireta.

10.1.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

11.1 O prazo para assinatura do termo de contrato ou, nas hipóteses previstas no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, do instrumento hábil que lhe substitua: Autorização de Fornecimento de Material - AFM ou Autorização de Prestação de Serviços - APS, será de **10 (dez) dias úteis.**

11.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

11.2 A assinatura do termo de contrato ou do instrumento hábil, conforme o disposto no art. 90 da Lei Federal nº 14.133/2021, observará a disciplina constante do componente Rito Procedimental do edital.

12. ANEXOS INTEGRANTES DO TR/HABILITAÇÃO

12.1 Vinculam-se a este TR/Habilitação, independentemente de transcrição (art. 92, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021):

- () Seção Específica do TR/Habilitação para o Sistema de Registro de Preços; () Modelo para descrição auxiliar do objeto (no caso de listagem extensa)
- (X) Modelo de descrição de proposta de preço e de declaração de elaboração independente de proposta; (X) Modelos de prova de qualificação técnica:
- (X) Capacidade técnico-operacional;
- (X) Declaração de indicação do pessoal técnico, instalações e aparelhamento () Declaração de pleno conhecimento, sem exigência de vistoria
- (X) Declaração de pleno conhecimento, com exigência de vistoria
- (X) Estudo Técnico Preliminar, quando cabível.

12.2 No caso de obras e serviços de engenharia, constituem anexos os seguintes documentos técnicos específicos:

- () Projetos;
- (X) Memoriais Descritivos/Especificações Técnicas; () Planilha orçamentária;
- () Cronograma físico-financeiro; () Composição do B.D.I.;
- () Composição dos Encargos Sociais;
- () Caderno de Encargos – Obras e serviços de engenharia em estabelecimentos assistenciais de saúde e unidades administrativas;
- () Instrumento de medição de resultado para avaliação da execução do objeto.

Salvador, 20 de outubro de 2025.

Ige Almeida Roriz Ferreira

ANEXO

SEÇÃO ESPECÍFICA DO TR/HABILITAÇÃO PARA O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (Decreto nº 23.657/2025)

1. Previsão de preços diferentes (art. 15, inc. III)

- (X) Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- () Será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

Nota: a admissão de previsão de preços diferentes dependerá da disponibilização da funcionalidade no sistema de licitações.

2. Oferta de quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação (art. 15, inc. IV)

- (X) O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.
- () O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação.

Nota: a admissão de oferta de proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto dependerá da disponibilização da funcionalidade no sistema de licitações.

3. Âmbito do registro de preços

- () Estadual, compreendendo os Municípios de (...)
- () Regional, compreendendo a região (...)
- () Local, compreendendo apenas o município de (...)
- () Interfederativo, compreendendo as entidades federativas (...)

4. Órgão gerenciador e órgãos e entidade participantes

4.1 O órgão ou entidade gerenciador deste registro de preços é (...)

Nota: indicar o órgão ou entidade gerenciadora

4.2 Órgãos e entidade participantes: poderão contratar os itens constantes deste registro de preços: (...)

Nota: indicar os órgãos/entidades/instituições participantes

5. Prazo de vigência da ata de registro de preços (art. 18)

5.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01(um) ano, a contar da ultimação da assinatura de ambas as partes, podendo ser prorrogado, desde que o prazo total não ultrapasse 2 (dois) anos, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nota: em caso de interesse público justificado, poderá ser deferido prazo inicial inferior a 1 (um) ano, mediante autorização da autoridade competente.

5.2 O prazo de vigência da ata de registro poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2.1 Caso a vigência da ata de registro de preços tenha sido fixada, excepcionalmente, por prazo inferior a 1 (um) ano, a prorrogação será, no máximo, por período idêntico ao inicial.

5.2.2 A prorrogação da vigência da ata de registro de preços:

- I - deverá ser precedida de aceitação pelo fornecedor com preço registrado;
 - II – abrangerá, total ou parcialmente, os itens registrados;
 - III – deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da ata;
 - IV – terá como finalidade, alternativamente, conforme definido no TR/Habilitação:
 - a) o consumo do saldo de quantitativos existente; ou
 - b) a renovação dos quantitativos para o novo período, que poderá ser fixada em número idêntico ou inferior ao definido inicialmente, conforme análise de consumo a ser procedida pelo órgão ou entidade gerenciadora.
- 5.2.1.2.1 Caso o fornecedor com preço registrado não aceite a prorrogação, o preço do item recusado será cancelado e o fornecedor liberado do compromisso, sendo facultado ao órgão ou à entidade gerenciadora o acionamento do cadastro de reserva na forma da ata de registro de preços.
- 5.2.1.2.2 O fornecedor com preço registrado deverá manter, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, inclusive em caso de prorrogação, todas as condições de habilitação exigidas na licitação ou no procedimento de contratação direta.

6. Prazo para assinatura da ata (art. 22)

6.1 O adjudicatário será convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo de: **até 15 (quinze) dias úteis**

Nota: o prazo indicado neste subitem é sugestivo. Poderá ser definido prazo diverso em razão das peculiaridades do caso concreto.

6.2 O prazo referido no subitem 6.1 será prorrogável por, no máximo, idêntico período, mediante solicitação tempestiva do interessado, desde que motivada e aceita pela Administração.

7. Remanejamento (art. 35)

() Poderá haver remanejamento, pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes

Nota: é vedado o remanejamento de quantitativos, enquanto houver disponibilidade de contratação dos itens registrados para o órgão ou entidade solicitante (art. 35, §3º)

() Não poderá haver remanejamento, pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes

8. Adesão posterior à ata de registro de preços (carona) (art. 40)

- () Não poderá haver adesão posterior à ata de registro de preços
 - () Poderá haver adesão posterior à ata de registro de preços, devendo ser observados os seguintes limites quantitativos e as regras definidas na minuta da ata de registro de preços:
 - a) as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade solicitante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens deste TR/Habilitação, registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes (art. 86, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 41, inc. I, do Decreto nº 23.657/25); e
 - b) o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços (art. 86, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 41, inc. II, do Decreto nº 23.657/25).
- Nota: caso a Administração opte pela definição de limites para adesão inferiores aos previstos, deverá modificar a referência ao percentual de "50%" referido na alínea "a" e ao "dobro do quantitativo", referido na alínea "b".

ANEXO
MODELO PARA DESCRIÇÃO AUXILIAR DO OBJETO

Modalidade	de	Número
Licitação/Contratação direta		

LOTE / ITEM	DESCRIÇÃO			

Salvador, ____de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO
MODELO DE DESCRIÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO E DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO
INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número
--	--------

LOTE / ITEM	DESCRIÇÃO			
VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM (MENSAL)				R\$
VALOR TOTAL DO LOTE/ITEM (GLOBAL)				R\$
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA				() DIAS [≥60]

[Identificação completa do representante do licitante], como representante devidamente constituído de [Identificação completa do licitante], doravante denominado LICITANTE, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas;

(f) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme §1º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021; e

(g) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

Salvador, ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO
MODELO DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número
--	--------

Declaramos, para fins de habilitação em processo licitatório/contratação direta, que a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, prestou serviço de xxxxxxxxxxxxxxxx, atendendo integralmente as especificações contratadas, inexistindo, até a presente data, registros negativos que comprometam a prestação.

Especificação	Quantitativo	Prazo de execução

Salvador ____ de _____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO
MODELO DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO PESSOAL TÉCNICO, INSTALAÇÕES E APARELHAMENTO

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número
--	--------

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE

Declaro, em observância ao art. 67, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021, para fins de prova de qualificação técnica, que disporei do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados, conforme relação abaixo, em estrita consonância com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, estando ciente de que a declaração falsa caracteriza a infração prevista no art. 155, inc. VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Instalações, Aparelhamento (Máquinas/Equipamentos)	Quantidade

Pessoal Técnico	Qualificação

Salvador ____ de ____ de 20__.

RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO MODELO DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO, SEM EXIGÊNCIA DE VISTORIA

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número
--	--------

Em cumprimento à exigência do TR/HABILITAÇÃO, declaramos, para os fins do inc. VI do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, termos tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Salvador ____ de ____ de 20__.

NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

ANEXO MODELO DE PROVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO, COM EXIGÊNCIA DE VISTORIA

Modalidade de Licitação/contratação direta	Número
--	--------

() DECLARAÇÃO DE VISTORIA EXPEDIDA PELA ADMINISTRAÇÃO

Atesto que o preposto da _____ [indicar nome da Pessoa Jurídica licitante], CNPJ nº _____, Sr.(a) _____, CPF nº _____, vistoriou _____ (indicar a Unidade Administrativa vistoriada), em atenção à exigência do TR/HABILITAÇÃO, para os fins do inc. VI do art. 67 c/c art. 63, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Salvador ____ de ____ de 20__.

(assinatura, identificação do servidor público e respectivo cadastro)

() DECLARAÇÃO FIRMADA PELO PRÓPRIO LICITANTE DE PLENO CONHECIMENTO E DE DISPENSA DE VISTORIA

Em cumprimento à exigência do TR/HABILITAÇÃO, optamos por **dispensar a vistoria** e declaramos, para os fins do inc. VI do art. 67 c/c art. 63, §§2º e §3º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021, termos tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

Salvador ____ de ____ de 20__.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Nota: observar subitem 4.4.1.3.1 do TR/HABILITAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **Ige Almeida Roriz Ferreira, Gerente**, em 21/10/2025, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00125667648** e o código CRC **37289A16**.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações básicas do documento

SEI:063.3824.2025.0002270-45

Unidade Demandante: NSA

2. Necessidade

2.1. Descrição da necessidade

A TVE Bahia realiza, anualmente, a maior transmissão televisiva do Carnaval da Bahia, cobrindo de forma ampla os circuitos oficiais e a programação artística da maior festa popular do estado. Trata-se de uma operação de grande porte, que contempla a exibição ao vivo de desfiles de blocos e trios elétricos, apresentações em palcos oficiais, entrevistas, reportagens especiais e cobertura dos bastidores, proporcionando ao público acesso democrático e gratuito ao Carnaval, por meio da TV aberta e das plataformas digitais da emissora.

Essa transmissão possui caráter cultural, artístico e jornalístico, contribuindo para a valorização da diversidade musical da Bahia, dando visibilidade a artistas consagrados e novos talentos, e promovendo manifestações tradicionais que compõem a identidade cultural do estado. Além de seu alcance regional, a cobertura da TVE projeta a festa em âmbito nacional e internacional, fortalecendo a imagem da Bahia como referência cultural.

Para viabilizar essa cobertura especial do Carnaval 2026, faz-se necessária a contratação de empresa especializada no fornecimento, montagem, manutenção e desmontagem de estrutura metálica e serviços de cenografia, destinados aos estúdios da TVE localizados no bairro do Campo Grande e Barra, em Salvador.

O objeto da contratação compreende:

Fornecimento e instalação de estruturas metálicas adequadas e seguras, em conformidade com as normas técnicas vigentes e com dimensionamento compatível ao porte do evento;

Desenvolvimento e montagem de projeto cenográfico, com elementos visuais alinhados à identidade do Carnaval da Bahia e à marca da emissora, assegurando impacto estético adequado para transmissão televisiva em alta definição (HD/UHD);

Acabamento de cenografia com padrão visual e de iluminação compatível com a exigência técnica de estúdios televisivos, considerando aspectos como profundidade de campo, cores, texturas e contraste para câmeras de captação profissional;

Disponibilização de suporte técnico especializado durante todo o período de utilização da estrutura, incluindo assistência para ajustes e correções necessárias;

Desmontagem, retirada e transporte de todos os elementos utilizados, restituindo o espaço físico às condições originais após o término do evento.

A contratação ora solicitada é imprescindível para garantir condições técnicas e operacionais adequadas à realização da transmissão, assegurando segurança, qualidade visual e eficiência operacional. Além disso, constitui-se como requisito essencial para a missão institucional da TVE de difundir e valorizar a cultura baiana, oferecendo ao público uma experiência audiovisual compatível com a relevância do Carnaval da Bahia, reconhecido mundialmente como um dos maiores eventos populares do planeta

2.2. Área Requisitante

NSA

2.3. Descrição dos requisitos da contratação

Montagem e desmontagem com fornecimento de todos os materiais e insumos necessários para a construção dos estúdios, incluindo serviços de estrutura metálica, carpintaria, marcenaria, serralheria, acrílico policarbonato, elétrica, hidro sanitário, acabamento e plotagem, conforme projeto cenográfico para o estúdio do Campo Grande e Barra, para transmissão do Carnaval 2026 da TV Educativa da Bahia, Rádio Educadora e Portal.

CAMPO GRANDE (Largo Dois de Julho – Campo Grande)

A área para a construção do estúdio Campo Grande da TVE medirá aproximadamente 156,60 m² e será dividido em 3 andares: Pavimento Térreo: 28,13 m² - Circulação, Sala Elétrica Técnica, Sala TI, Depósito NSA, Depósito Marketing e Banheiros Químicos.

Primeiro Andar: 67,77 m² - Sala de Espera, Camarim, Estúdio, Circulação e Varanda.

Segundo Andar: 60,70 m² - Sala de Relacionamento para 50 pessoas e Banheiro.

Fachada: A fachada (mural) será revestida com Painéis em Lona Fosca tensionada em estrutura de Metalon (Painel) e Adesivos da seguinte forma: 01 - Painel Frente (7,80m x 2,43m); 02 - Painel Lateral Esquerdo Térreo (2,40 m x 2,43 m); 03 – Adesivos Lateral eq. Varanda (2,40mx1,15m) (0,30mx1,15m) (2,40mx1,15m); 04 - Adesivos Lateral dir. varanda (2,40mx1,15m) (0,30mx1,15m) (2,40mx1,15m);

05 - Guarda - Corpo – Aplicação de Adesivo de recorte (7,20m x 1,10m) com os dizeres: “# TVE O CANAL DO CARNAVAL”. 06 - PaineL Lateral Esquerdo (1,50 m x 4,08 m); 07 - PaineL Meio (4,97 m x 2,00 m); 08 - PaineL Lateral Direito (1,33 m x 4,08 m); 09 – Pilar Lateral Esquerdo (0,83 m x 1,15 m); 10 – Pilar Meio (0,40 m x 1,15 m); 11 – Pilar Lateral Direito (0,60 m x 1,15 m); 12 – Testeira 2º Pavimento (7,80 m x 0,90 m); 13 - Caixa Backlight (3,00m x 1,50m x 0,30m) - Em Poliestireno de 4 milímetros com pintura automotiva, seguindo forma de recorte da Marca “TVE” (3,00m x 1,50m x 0,30m).

Pavimento Térreo: Área de 4,35 m². Piso de madeira compensada/madeirite, elevado em 10 cm em relação ao chão.

Sala Elétrica Técnica: Área de 3,20 m². Paredes em madeira compensada, piso de madeira compensada, elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80 m x 2,10 m) com fechadura ou corrente e cadeado. Abrigará os quadros de distribuição e materiais diversos da área Técnica. A parte externa abrigará o Padrão de entrada da COELBA, que deverá possuir cobertura adequada contra as intempéries.

- Cobertura em madeira compensada do padrão da Coelba (1,00m x 0,30m);
- Paredes de Madeira Compensada;
- Quadro de Distribuição compatível com a demanda elétrica da Estrutura.

Sala TI: Área de 6,51 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80 m x 2,10 m) com fechadura. Abrigará os equipamentos e Racks da TI, três computadores.

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- 1 Bancada em L de Madeira compensada ou Octanorm (2,10m x 3,10 m x 0,50 m/ h=0,75 m);
- Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face;
- 3 Cadeiras com Rodízio.

Depósito NSA: Área de 4,93 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80m x 2,10m) com fechadura e janela de madeira compensada com trinco (0,60mx0,80m/ h=1,10m) para distribuição de água.

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- 1 Freezer Horizontal de 2 portas;
- Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face;
- 1 Cadeiras com Rodízio.

Depósito Marketing: Área de 4,10 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80 m x 2,10 m) com fechadura. Abrigará materiais diversos de marketing.

- Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face;

Banheiros Químicos: 2 Banheiros Químicos, tipo luxo, com pia e chave. Estarão localizados na área externa.

Primeiro Andar:

Sala de Espera: Área de 13,63 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, com fechadura (dimensões no projeto).

- 1 Aparelhos de Ar Condicionado 18.000 BTU's;
- Piso carpete na cor cinza (13,63 m²);
- Forro em estrutura revestida de malha com blackout (13,63m²);
- Uma porta de correr com esquadria de alumínio branca e acabamento em acrílico policarbonato ou vidro com acesso ao corredor do estúdio (conforme planta).
- 1 TV de 32" presa em suporte (Acesso);
- 2 Longarinas de 3 lugares cada;
- 1 Bebedouro p/Galão de Água;
- 1 Porta copo;
- 1 Lixeira;
- 1 TV de 50" presa em suporte.

Camarim: Área de 10,95 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, porta com fechadura (dimensões no projeto).

- 1 Ar Condicionado 18.000 BTU's;
- Piso Carpete na cor cinza (10,95 m²);
- Forro em estrutura revestida de malha com blackout (10,95 m²);
- 1 Bancada (1,20 m x 0,70 m/ h=0,75 m) com Espelho devidamente iluminado com luz branca, tipo “Penteadeira Camarim”;
- 1 Cadeira fixa;
- 1 Cadeira Reclinável para Maquiagem;
- 2 Armários baixos com chave;
- 1 Armário guarda volume com 12 portas;
- 1 Frigobar;
- 1 Provador Arco 0,90m x 0,90m com Cortina Blackout;
- 1 Espelho de Corpo Inteiro;
- 1 Lixeira;
- 1 TV de 32" com pé.

Estúdio: Área de 17,82 m². Paredes chapas de MDF 01 face branca, de 10mm (dimensões no projeto). Paredes serão revestidas com adesivo fosco. Porta de Entrada de correr (Circulação para Estúdio) em esquadria de alumínio branca e Policarbonato (0,90m x 2,10m). Parede de Policarbonato montada em esquadria de alumínio branca separando a área do Estúdio da Varanda e da Circulação ((4,41m + 4,04m) x 2,43m)).

- 2 Aparelhos de Ar Condicionado Inverter 36.000 BTU's cada;

- Piso nivelado em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm com aplicação de adesivo fosco para piso polimérico 80 micras, alta resolução de 1440dpi (17,82m²);
- Forro em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm (17,82m²);
- Paredes revestidas em Adesivo fosco (4,04 m x 2,43 m) e (4,41 m x 2,43 m);

Iluminação Estúdio:

- 42 (quarenta e duas) Luminárias quadradas de sobrepor com 4 (quatro) lâmpadas tubulares fluorescentes com temperatura de cor de 5.600k (60x60) cm unidas em toda extensão do teto;

Circulação: Área de 4,45 m². Parede em Lona tensionada com arte impressa.

- Piso nivelado em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm com aplicação de adesivo fosco para piso polimérico 80 micras, alta resolução de 1440dpi (4,45 m²);
- Forro em chapas de MDF 01 faces branca, de 10mm (4,45 m²);
- 1 TV de 50" presa em suporte;
- 2 (duas) Luminárias quadradas de sobrepor com 4 (quatro) lâmpadas tubulares fluorescentes com temperatura de cor de 5.600k (60x60) cm unidas em toda extensão do teto;

Varanda: Área de 17,28 m². Guarda corpo frontal em alumínio branco e fechamento em acrílico policarbonato (7,20m x 1,15m), o guarda corpo deverá ser fixado a estrutura metálica do andar inferior, suportando os impactos e promovendo segurança aos usuários.

- Piso em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm com aplicação de adesivo fosco de piso polimérico 80 micras, alta resolução de 1440dpi (2,40m x 7,20m). O piso da varanda deverá ter uma leve inclinação para fora do guarda corpo, afim de proporcionar o escoamento da água da chuva;
- Laterais Esquerda e Direita da Varanda terão Aplicação de Adesivo fosco sobre o fechamento em chapas de MDF 01 face branca. Lateral esquerda varanda (2,40 m x 1,15 m) (0,30 m x 1,15 m) (2,40 m x 0,30 m) - Lateral direita varanda (2,40 m x 1,15 m) (0,30 m x 1,15 m) (2,40 m x 0,30 m).

Segundo Andar: Banheiro: Área de 6,38 m². 1 banheiro com paredes e porta em Pannel de PVC 35mm, com 2 subdivisões para sanitários masculino e feminino, portas sanfonadas individuais internas com fechamento, contendo ao todo 2 vasos sanitários e 2 Lavatórios c/ colunas e espelhos

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- 1 Cortina de Ar na Extensão da Porta de Entrada (0,70m);
- Piso Vinílico (6,38 m²);
- Forro em Pannel de PVC 35mm (6,38 m²);
- 2 vasos sanitários;
- 2 espelhos (50cm x 70cm);
- 2 Lavatórios c/ colunas, com torneiras de acionamento automático;
- 4 Lixeiras;
- 2 Dispensers papel Toalha;
- 2 Dispensers de Sabonete Líquido;
- 2 Dispensers de papel higiênico;
- Parede Externa em Pannel de PVC 35mm (1,70m x 2,75 m).

Sala de Relacionamento: Área de 47,50 m² (7,07m x 7,76m), (Pé direito mínimo de 2,50). Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, porta com fechadura (dimensões no projeto). Sala com capacidade para 50 convidados.

- 2 Ar Condicionados 60.000 BTU's;
- Cortina de ar na Extensão das janelas (2,90 m + 2,88 m);
- Piso carpete na cor cinza (47,50 m²);
- Forro estrutura em estrutura revestida de malha com blackout (47,50 m²);
- Paredes laterais e frontal em Trainel com revestimento em malha 1 face (dimensões no projeto). As Paredes deverão ter 3 pontos com suporte de fixação de televisores conforme indicado em planta;
- As janelas deverão ter peitoris acolchoados e revestidos com tecido Bagum;
- Mobiliário - 2 Sofás de 2 lugares, 4 Poltronas, 12 Puffs simples, 2 mesas bistrô e 6 bancos bistrô;
- 2 TVs de 50 polegadas

Observações:

- As medidas apresentadas podem sofrer alteração para mais ou para menos, condicionadas a estrutura que será entregue pela Prefeitura;
- Para o Estúdio do Campo Grande deverão ser fornecidos 1 Plataforma Elevatória (Ver Especificação no item 3.2.10.) e 1 Grupo Motor Gerador (Ver Especificações no item 3.2.11.);
- Fica na responsabilidade da Empresa Contratada a montagem do padrão de entrada da Coelba;
- A rede de água da Estrutura do Campo Grande deve ser interligada a Caixa d'água fornecida pela prefeitura, normalmente localizada no Largo Dois de Julho. Caso não seja fornecida pela prefeitura, deve ser providenciada Caixa d'água de dimensões adequadas à demanda, assim como o fornecimento da água para todos os dias relativos a montagem e funcionamento da Estrutura;
- Para os dias da montagem deve ser garantido o fornecimento de energia elétrica para que seja possível a utilização de ferramentas elétricas, caso a energia não seja fornecida pela Prefeitura, deve ser providenciado Gerador Portátil para este fim.

BARRA (Caixa Econômica - Av. Almirante Marques de Leão, 456 – Barra - Estacionamento do fundo, localizado na Avenida Oceânica.)

A área para transmissão na Barra será localizada no estacionamento do fundo da Caixa Econômica Federal, Avenida Oceânica, Barra – Agência Barra, localizada na Avenida Almirante Marques de Leão, 456. O espaço será construído em estrutura metálica Boxtruss e Tubular, composto por dois pavimentos (térreo e primeiro andar), escada metálica e cobertura em lona de duas águas, com beiral frontal e posterior de 1 m. A área para a construção do Estúdio Barra da TVE medirá aproximadamente 241,01 m² e será dividido em 2 pavimentos:

Pavimento Térreo: 131,01 m² - Acesso/Circulações, Escada, Depósito Geral, Depósito NSA, Sala TI, Sala Sofotur, Sala da Elétrica Técnica, Sala de Descanso e Banheiro

Primeiro Andar: 110,00 m² Hall, Área de Grua, Sala de Espera, Camarim e Estúdio.

Fachada: A fachada (mural) será revestida com Painéis em Lona Fosca tensionada em estrutura de Metalon (Painel) e Adesivos da seguinte forma: 01 - Painel Horizontal Frente Térreo (17,77m x 3,00m) (recorte na porta 1,00m x 2,20m) Altura será definida de acordo com o ajuste da altura da estrutura em relação ao trio elétrico;

02 - Painel Horizontal Frente Térreo (4,26m x 3,30m) Altura será definida de acordo com o ajuste da altura da estrutura em relação ao trio elétrico;

03 - Painel Lateral Esquerdo (5,50 m x 5,30 m);

04 - Painel Vertical Frente Esquerdo (0,55m x 3,00m);

05 - Painel Vertical Frente Meio (0,60m x 2,40m);

06 - Painel Horizontal Frente Direito (8,15m x 3,00m);

07 - Painel Grua Esquerdo (4,95m x 4,00m) (recorte na porta 1,00m x 2,10m);

08 - Painel Grua Fundo (3,45m x 4,00m);

09 - Painel Testeira 1º Andar (7,85m x 0,60 m);

10 - Painel Testeira Cobertura (16,55m x 0,50 m);

11 - Adesivo Porta Grua (1,00m x 2,10 m);

12 - Painel Lateral Esquerda Porta (0,30m x 2,20 m);

13 - Painel Superior Porta (1,00m x 0,30 m);

14 - Painel Lateral Direita Porta (0,30m x 2,20 m);

15 - Adesivo Frente Porta (1,00m x 2,20 m);

16- Caixa Backlight (3,00m x 1,50m x 0,30m) - Em Poliestireno de 4 milímetros com pintura automotiva, seguindo forma de recorte da Marca "TVE" (3,00m x 1,50m x 0,30m).

17 - Guarda - Corpo – Aplicação de Adesivo de recorte (4,90m x 1,10m) com os dizeres: "# TVE O CANAL DO CARNAVAL".

18 - Guarda - Corpo – Aplicação de Adesivo de recorte (2,35m x 1,10m) com as redes sociais da TVE

Pavimento Térreo:

Acesso/Circulações: Área de 35,08m². Paredes de Octanorm.

- 1 TV de 50" presa em suporte.

Escada: Área do vão de 13,56 m². Escada em Estrutura Metálica com corrimão.

Depósito Geral: Área de 17,89 m². Paredes de Octanorm, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80m x 2,10m) com fechadura.

- Paredes de Octanorm;
- 3 Estantes de Aço (198cm x 92cm x 30cm).

Depósito NSA: Área de 7,93 m². Paredes de Octanorm, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80m x 2,10m) com fechadura e janela de madeira compensada ou Octanorm com trinco (0,60mx0,80m/ h=1,10m) para distribuição de água.

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- 1 Freezer Horizontal de 2 portas;
- Paredes de Octanorm;
- 1 Cadeiras com Rodízio.

Sala TI: Área de 8,67 m². Paredes de Octanorm, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80 m x 2,10 m) com fechadura. Abrigará os equipamentos e Racks da TI, três computadores.

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- 1 Prateleira em Madeira compensada (1,60 m x 0,80 m/ h=1,5 m);
- 2 Bancadas em Madeira compensada (2,60 m x 0,50 m/ h=0,75 m) (2,00 m x 0,50 m/ h=0,75 m);
- Paredes de Octanorm;
- 3 Cadeiras com Rodízio.

Sala SUFOTUR: Área de 6,62 m². Paredes de de Octanorm, piso de madeira compensada elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80 m x 2,10 m) com fechadura.

- Paredes de Octanorm;
- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;

Sala Elétrica Técnica: Área de 4,21 m². Paredes de Octanorm, piso de madeira compensada, elevado em 10 cm. Possuirá uma porta (0,80 m x 2,10 m) com fechadura ou corrente e cadeado. Abrigará os quadros de distribuição e materiais diversos da área Técnica. A parte externa abrigará o Padrão de entrada da COELBA, que deverá possuir cobertura adequada contra as intempéries.

- Cobertura em madeira compensada do padrão da Coelba (1,00m x 0,30m);
- Paredes de de Octanorm;
- Quadro de Distribuição compatível com a demanda elétrica da Estrutura.
- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;

Sala de Descanso: Área de 12,21 m². Paredes de Octanorm, porta com fechadura (dimensões no projeto). Piso de madeira compensada, elevado em 10 cm.

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- Paredes de Octanorm
- 4 longarinas de 3 lugares cada;
- 1 Frigobar;
- 2 Armários guarda volume com 12 portas.

Banheiro: Área de 6,73 m². 1 banheiro com paredes e porta em Pannel de PVC 35mm, com 2 subdivisões em Pannel de PVC 35mm para sanitários masculino e feminino, portas de sanfonadas individuais internas com fechamento, contendo ao todo 2 vasos sanitários e 2 Lavatórios c/ colunas e espelhos. Piso de madeira compensada, elevado em 10 cm, revestido com vinílico.

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- Piso Vinílico (6,73 m²);
- Forro (6,73 m²);
- 2 vasos sanitários;
- 2 espelhos (50cm x 70cm);
- 2 Lavatórios c/ colunas, com torneiras de acionamento automático;
- 3 Lixeiras;
- 1 Dispenser papel Toalha;
- 1 Dispenser de Sabonete Líquido;
- 2 Dispensers de papel higiênico.
- Shaft de PVC para passagem de tubulações.

Primeiro Andar: Toda a área de piso do primeiro andar deverá ser revestida com madeira compensada.

Hall: Área de 4,79m². (não possui guarda corpo)

- Paredes em Trainel com revestimento em malha dupla face;
- Piso carpete na cor cinza (4,79 m²);
- Forro em estrutura revestida de malha com blackout (9,76 m²).

Área de Grua: Área de 14,64 m². Guarda corpo em box truss revestido com malha.

- Paredes revestidas com Pannel de metalon e lona tensionada;
- Porta revestida com adesivo (1,00m x 2,10m) na parte exterior;
- Piso nivelado em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm com aplicação de adesivo fosco para piso polimérico 80 micras, alta resolução de 1440dpis (14,64 m²).

Sala de Espera: Área de 9,76 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, porta com fechadura (dimensões no projeto).

- 1 Aparelhos de Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- Piso carpete na cor cinza (9,76 m²);
- Forro em estrutura revestida de malha com blackout (9,76 m²);
- 2 Longarinas de 3 lugares cada;
- 1 Bebedouro p/Galão de Água;
- 1 Porta copo;
- 1 Lixeira;
- 1 TV de 50" presa em suporte.

Camarim/Circulação: Área de 14,15 m². Paredes em Trainel com revestimento em malha 1 face, porta com fechadura (dimensões no projeto).

- 1 Ar Condicionado 12.000 BTU's;
- Piso Carpete na cor cinza (3,69 m² + 10,46 m²);
- Forro em estrutura revestida de malha com blackout (3,69 m² + 10,46 m²);
- 1 Bancada (1,20 m x 0,70 m/ h=0,75 m) com Espelho devidamente iluminado com luz branca, tipo "Penteadeira Camarim";
- 2 Cadeiras fixas;
- 1 Cadeira Reclinável para Maquiagem;
- 1 Armários baixos com chave;
- 1 Armário guarda volume com 12 portas;
- 1 Frigobar;
- 1 Provador Arco 0,90m x 0,90m com Cortina Blackout;
- 1 Espelho de Corpo Inteiro;
- 1 TV de 32" com pé.

Estúdio: Área de 40,48 m². Paredes e pilares de chapas de MDF 01 face branca, de 10mm (dimensões no projeto). Paredes e pilares serão revestidas com adesivo fosco. Piso em MDF, nivelado, observando a queda d'água, Guarda corpo frontal em tubo metálico ou de alumínio branco e fechamento em acrílico policarbonato (7,85m x 1,15m), o guarda corpo deverá ser fixado a estrutura metálica do andar inferior, suportando os impactos e promovendo segurança aos usuários.

- 2 Aparelhos de Ar Condicionado Inverter 36.000 BTU's cada;
- Cortina de Ar na extensão do Guarda-Corpo (7,85m);
- Piso nivelado em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm com aplicação de adesivo fosco para piso polimérico 80 micras, alta resolução de 1440dpis (40,48m²);
- Forro em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm (40,48m²);
- Paredes e pilares revestidas em Adesivo fosco (9,76 m x 2,50m) (1,50m x 2,50) (2,35m x 2,50) (4,50m x 2,50) (1,50m x 2,50) (2,00m x 2,50); 54,025 m²
- 1 TV de 50" presa em suporte.
- Instalação de 2 caixas de som de retorno, a serem fornecidas pelo IRDEB.

Iluminação Estúdio:

- 117 (cento e dezessete) Luminárias quadradas de sobrepor com 4 (quatro) lâmpadas tubulares fluorescentes com temperatura de cor de 5.600k (60x60) cm unidas em toda extensão do teto;

Observações:

- Fica na responsabilidade da Empresa Contratada a montagem do padrão de entrada da Coelba.

- Para a rede de água deve ser providenciada Caixa d'água de acordo com o Projeto enviado à Embasa. Caso não ocorra a ligação da Embasa, deve ser providenciado o fornecimento da água para todos os dias relativos a montagem e funcionamento da Estrutura;
- Para os dias da montagem deve ser garantido o fornecimento de energia elétrica para que seja possível a utilização de ferramentas elétricas, portanto deve ser providenciado Gerador Portátil para este fim.

Escada tipo marinho:

- Para a passagem dos cabos dos Geradores da Barra, que estarão localizados na Av. Almirante Marques de Leão - 456 (Estacionamento da Caixa Econômica) ao Estúdio localizado na Avenida Oceânica, é preciso realizar a passagem pela cobertura da Caixa Econômica.
- Para isso, será necessário garantir o acesso seguro da equipe à cobertura por meio de escada tipo marinho. Esta deverá estar localizada na lateral esquerda do Estúdio. Deverá ter uma altura de aproximadamente 9 metros, a ser confirmada em loco, possuir guarda corpo, a fim de garantir a segurança dos trabalhadores, e estar em bom estado de conservação, pintada e livre de patologias;

ACABAMENTOS E REVESTIMENTOS

ESTRUTURAS A estrutura básica do Campo Grande será entregue pela prefeitura (escadas, pisos, cobertura superior). As subdivisões serão instaladas, de acordo com o projeto. Essas subdivisões serão executadas parte em Octanorm, parte em Policarbonato, parte em chapas de MDF 01 face branca, de 10mm. As estruturas de MDF devem estar apuradas e sem empenas, fixadas em barrote de madeira sem frestas, lascas ou imperfeições. Deverá ser aplicado massa entre as juntas das placas de MDF antes da instalação dos adesivos. Deverão ser emassadas as juntas das placas e pintadas as estruturas em MDF que não receberão adesivos. As estruturas metálicas não poderão estar aparentes. As lonas devem ser perfeitamente tensionadas nas estruturas de metalon e fixadas nas estruturas metálicas. As estruturas de Octanorm devem estar limpas e possuir um bom estado de conservação, devem ser fixadas de forma a suportar possíveis vibrações. Os forros devem ser travados e deverão suportar possíveis cargas resultantes de fluxo intenso de corrente de ar e vibrações.

PISOS: Em parte das áreas será aplicado carpete na cor cinza claro, em parte será aplicado piso em MDF branco 01 face branca, de 10mm, revestido com adesivo e em parte piso vinílico. Os pisos em carpete devem ser devidamente colados ao estrado de madeira. O piso em MDF deve estar em perfeito estado de conservação, sobre estrado de madeira, perfeitamente nivelado e sem empenas, frestas, lascas ou imperfeições. Deverá ser aplicado massa entre as juntas das placas de MDF. Acima das placas de MDF será aplicado Adesivo de piso polimérico 80 micras, alta resolução de 1440dpi. Nas áreas molhadas, como Cozinhas, Banheiros, deve ser aplicado piso vinílico, devidamente colado no estrado de madeira.

PORTAS:

No Campo Grande terá portas nas seguintes dimensões:

6 Portas (0,80m x 2,10m) – Madeira compensada 1 Porta (0,90m x 2,10m) – Madeira compensada 2 Portas (1,00m x 2,10m) – PVC Sanfonada 2 Porta de correr com esquadria de alumínio branca e fechamento em Policarbonato (0,90m x 2,1m) Na Barra terá portas nas seguintes dimensões: 7 Portas (0,80m x 2,10m) – Octonorm 2 Portas (0,80m x 2,10m) – Madeira compensada 2 Portas (1,20m x 2,10m) – PVC Sanfonada 1 Porta de abrir (1,00mx2,10m) – MDF (Grua) 1 Porta de correr (1,00mx2,20m) – MDF (Acesso principal) Todas as portas, em PVC, Octonorm ou madeira compensada, devem possuir fechaduras com chaves.

FORRO:

Parte do forro será parte em Octanorm, parte em estrutura revestida de malha com blackout, parte em Pannel de PVC 35mm e parte em MDF Branco 1 face 10 mm. Os forros de Octanorm e Pannel PVC devem estar limpos e possuir um bom estado de conservação, os forros devem ser fixados de forma a suportar possíveis vibrações e correntes de ar. O forro em MDF deve estar em perfeito estado de conservação, perfeitamente nivelado e sem empenas, frestas, lascas ou imperfeições. Deverá ser aplicado massa entre as juntas das placas de MDF. Caso seja necessário, deverá ser fixada lona acima dos forros, nas áreas em que a estrutura de cobertura entregue não seja suficiente para devida proteção contra chuva.

SANITÁRIO:

02 sanitários químicos tipo luxo, com pia e chave (2 para o Campo Grande) e pessoal para a limpeza diária dos sanitários. 2 sanitários com 2 subdivisões em cada, construído em Pannel de PVC 35mm, com água correte e escoamento de esgoto, com 2 vasos sanitários, 2 Lavatórios c/ colunas e espelhos.

AR CONDICIONADO

CAMPO GRANDE: Todos os ambientes abaixo serão climatizados com Split, de acordo com as seguintes especificações: Térreo:

- Depósito NSA: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Sala TI: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's; Primeiro Andar:
- Camarim: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Sala de Espera: 1 unidade - Ar condicionado Split 18.000 BTU's;
- Estúdio: 2 unidades - Ar condicionado Inverter 24.000 BTU's; Segundo Andar: • Banheiro: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's; Cortina de Ar – 0,9 metros;
- Sala de Relacionamento: 2 unidades - Ar condicionados 60.000 BTU's; Cortina de Ar: 3,02 + 3,33 metros; 3.2.6.2 BARRA Todos os ambientes abaixo serão climatizados com Split, de acordo com as seguintes especificações: Térreo:
- Depósito NSA: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Sala SUFOTUR: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Sala da Elétrica: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Sala TI: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Sala de Descanso: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Banheiro: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;

Primeiro Andar:

- Sala de Espera: 1 unidade - Ar condicionado Split 12.000 BTU's;
- Camarim: 1 unidade - Ar condicionado 1 Split 12.000 BTU's;
- Estúdio: 2 unidades - Ar condicionado Inverter 36.000 BTU's; Cortina de Ar na extensão do Guarda-Corpo: 5,00 + 2,40 metros;

ELÉTRICA Todos os Ambientes devem estar devidamente iluminados e com pontos de tomadas de acordo com as necessidades de cada espaço, considerando a potência de cada equipamento que será utilizado.

HIDRO SANITÁRIA Será necessário a instalação de tubulações adequadas de água fria e de esgoto para os banheiros do Campo Grande e da Barra.

MÓVEIS E ELETROELETRÔNICOS Todos os móveis e eletrônicos que são apresentadas na planta e descritos no termo deverão ser disponibilizados em perfeito estado e em condições adequadas de utilização. As cores do mobiliário das Salas de Relacionamento devem ser aprovadas pelo IRDEB.

A disposição dos mobiliários e equipamentos também serve como base para a instalação dos pontos de luz e de tomadas em cada um dos ambientes.

INSTALAÇÃO ELÉTRICA:

Toda instalação elétrica deverá ser executada por profissional habilitado de acordo com as normas da ABNT.

As instalações devem ser devidamente comandadas por disjuntores térmicos obedecendo às normas da ABNT.

É obrigatória a utilização de cabo não propagador de chamas e com dupla isolamento mecânica (tipo PP) protegido com dutos rígidos, quando se fizer necessário, até o quadro de distribuição. Em caso de dúvida, consultar a NBR 5410.

Toda área deverá, obrigatoriamente, ter aterramento composto de três hastes terra de 5/8"x2400mm, com fincamento em solo e interligadas através de cabos de cobre nu de 25 mm². O valor da resistência de aterramento deverá ser igual ou inferior a 20 ohms.

As lâmpadas do teto deverão ser tubulares, LED T8, temperatura de cor mínima 6.500 K, vida útil mínima de 25.000 h, Índice de Reprodução de Cor (IRC), mínimo de 80, fator de potência (FP) mínimo 0,92, base G13.

Potência 18 W, tensão 100 V - 240 V, instaladas em luminárias de sobrepor com refletor e aletas, em chapa de aço tratada e pintada com epóxi, cor branca, para 2 lâmpadas LEDs tubulares de dimensões aproximadas de 28X1200mm, tipo T8 de 20W, em quantidade adequada à perfeita iluminação dos ambientes.

Projetar interruptores para cada ambiente que deverão estar no quadro de distribuição.

A montadora deverá instalar todas as tomadas que se fizerem necessárias seguindo as seguintes especificações de acordo com o que os equipamentos exigem: i) Alimentação de 127 ou 220 V+5%; ii) Tomadas de 03 pinos, tipo Fame, Prim Elétrica, Pial ou similar; iii) Aterramento do 3º pino das tomadas.

Todas as tomadas deverão ser aterradas.

INSTALAÇÃO HIDRO SANITÁRIA: Será necessária a instalação de rede hidro sanitárias nos banheiros do Estúdio do Campo Grande e da Barra.

As instalações de água fria deverão ser em PVC Rígido, obedecendo a NBR 5626, referente à instalação predial de água fria e a NBR 5680 referente a dimensionamento.

As instalações devem garantir o fornecimento da água de forma contínua em quantidade adequada e com pressões e velocidades compatíveis com o perfeito funcionamento dos aparelhos sanitários, peças de utilização e demais componentes.

Devem ser projetadas a evitar níveis de ruído inadequados à ocupação do ambiente, proporcionando conforto aos usuários, prevendo peças de utilização adequadamente localizadas, de fácil operação e com vazões satisfatórias. As instalações devem ser de fácil manutenção.

Deve ser consultada a possibilidade de utilização direta de água proveniente da concessionária ou do reservatório de água da estrutura fornecida, caso não seja possível, deve ser prevista a instalação de reservatório próprio (caixa d'água). Neste caso, a água deve ser fornecida para enchimento e reposição do reservatório, levando em consideração a quantidade necessária para todos os dias do evento.

As instalações de esgoto deverão ser em PVC rígido, obedecendo a NBR 8160, referente a sistema predial de esgoto sanitário.

As instalações devem impedir a contaminação da água potável (retrossifonagem e conexão cruzada), possibilitar acesso e manutenção adequados e oferecer ao usuário um conforto adequado à finalidade de utilização. Os efluentes deverão ser despejados em rede pública, com a devida autorização do órgão competente. As instalações de água fria e esgoto não poderão estar aparentes, sendo necessário serem instaladas atrás das paredes de PVC e abaixo dos pisos de madeira compensada. As instalações deverão ser cobertas por malha na parte externa da estrutura, com possibilidade de acesso para manutenção.

Será necessária a apresentação de projeto Hidro Sanitário (água fria e esgoto) ao Órgão competente, assim como a sua autorização para instalação.

ASSISTÊNCIA E MANUTENÇÃO: A montadora é responsável em designar uma equipe para prestar assistência técnica e manutenção 24 horas por dia, bem como fornecer, caso necessário, material de reposição durante o período do carnaval.

PRAZO DE ENTREGA: Toda a Estrutura descrita neste termo deverá ser entregue completamente concluído com a antecedência de 48 horas à abertura do carnaval, limpo e obedecendo estas especificações.

DESMONTAGEM: A contratada deverá obedecer rigorosamente ao prazo de desmontagem acordado no contrato e a área deverá ser reparada caso ocorra algum dano.

SEGURO: Contrato de seguros específicos de riscos e responsabilidade civil, os quais oferecem cobertura suficiente aos riscos envolvidos durante a montagem e a desmontagem dos Estúdios com o período de realização do evento.

A ausência da apólice ou a ineficácia dessas, na cobertura dos riscos, implicará na responsabilidade total da montadora perante a promotora, por todos os prejuízos que vierem a ocorrer, cabendo-lhes indenizar e recompor todos os danos ocorridos à promotora, área de exposição e a terceiros.

RESPONSABILIDADE DA MONTADORA

Tomar conhecimento das normas e regulamentos do Carnaval de Salvador, bem como efetuar, o pagamento das taxas inerentes à montagem.

A RRT OU ART correspondente de montagem e dos projetos elétrico e hidro – sanitário, estrutural, segurança contra incêndio, deverão ser de inteira responsabilidade da empresa contratada. Esta taxa (RRT's ou ART's) deverá ser recolhida e colocada em local de fácil acesso para quando solicitada pelo órgão fiscalizador. Obs.: Qualquer contradição entre a especificação e a planta prevalecerá à primeira. Todas as medidas deverão ser confirmadas em loco. A empresa contratada deverá utilizar mão de obra especializada e necessária para a perfeita execução dos serviços nas áreas de estrutura metálica, carpintaria, marcenaria, serralheria, policarbonato, elétrica, hidro sanitária, acabamento e plotagem

A empresa contratada fornecerá toda mão de obra, material e insumo de qualidade, necessários para a execução do projeto

Os serviços serão realizados mediante a aprovação final do projeto e orçamento por parte da contratante, após a liberação dos espaços destinados a montagem dos estúdios nos circuitos do Campo Grande e Barra, antes da abertura do Carnaval 2026.

A execução dos serviços será conferida por um representante da contratante. A aprovação final será deste representante, que acompanhará toda montagem dos estúdios.

EXIGÊNCIA E CONDIÇÃO DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

A empresa contratada deverá disponibilizar um responsável técnico para o acompanhamento dos serviços. Este profissional deve possuir qualificação técnica e experiência capaz de supervisionar, coordenar e sanar toda e qualquer dúvida pertinente aos serviços realizados por seus subordinados

3. Solução

3.1. Levantamento de Mercado

Através de uma comissão, foram realizadas consultas a todos os sistemas disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, quais sejam, Painel de Preço e Banco de Preços e não encontramos nenhum preço para os produtos cotados.

Sobre as contratações feitas pela Administração Pública, a Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo não foram encontradas em pesquisa virtual.

Por essa razão, a administração realizou cotações no mercado.

3.2. Descrição da solução como um todo

A presente contratação tem por objeto a implantação de estrutura metálica e cenográfica para os estúdios da TVE Bahia nos circuitos da Barra e do Campo Grande, em Salvador, durante o Carnaval de 2026, contemplando o fornecimento, montagem, manutenção e desmontagem das instalações necessárias ao pleno funcionamento da transmissão oficial do evento.

A solução proposta busca materializar espaços funcionais, modernos e seguros, capazes de atender à complexidade de um evento de grande porte e relevância cultural, assegurando qualidade técnica, conforto operacional e impacto estético compatíveis com transmissões televisivas em alta definição. Para isso, os estúdios temporários deverão ser planejados com foco em:

Infraestrutura física adequada: montagem de estúdios com áreas destinadas a apresentadores, entrevistados e equipes de apoio, além de cabines técnicas, ilhas de edição, camarins e áreas de convivência, assegurando condições ideais para captação de áudio e vídeo, acolhimento de convidados e operação de profissionais.

Tecnologia e conectividade: disponibilização de infraestrutura de rede lógica e elétrica compatível com transmissões ao vivo em alta definição, garantindo conectividade estável, segura e de alta velocidade para integração com as centrais técnicas da TVE e plataformas digitais.

Sustentabilidade e eficiência operacional: utilização de materiais e soluções cenográficas que favoreçam eficiência energética, conforto térmico e iluminação adequada para padrões de televisão, considerando boas práticas ambientais e reaproveitamento de materiais sempre que possível.

Acessibilidade e inclusão: observância integral às normas de acessibilidade (NBR 9050 e correlatas), assegurando espaços adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo ambiente inclusivo e democrático para profissionais e convidados.

Segurança e normatização: cumprimento de todas as exigências técnicas de segurança, incluindo dimensionamento de estruturas metálicas segundo normas vigentes, rotas de fuga, sistemas de proteção contra incêndio e monitoramento, assegurando a integridade de profissionais e do público.

Integração estética e cultural: elaboração de cenografia com identidade visual alinhada ao Carnaval da Bahia e à marca da emissora, garantindo atratividade, impacto estético e reconhecimento cultural, além de integração harmônica com os circuitos da Barra e Campo Grande.

A contratação da estrutura metálica e da cenografia para os estúdios da TVE representa um investimento estratégico para consolidar a qualidade e a amplitude da transmissão do Carnaval 2026, evento de relevância nacional e internacional. Dessa forma, a solução atende às necessidades técnicas e culturais da emissora, fortalecendo sua missão institucional de difundir e valorizar a cultura baiana em um dos maiores eventos populares do mundo.

3.3. Estimativa das quantidades a serem contratadas

ITEM	SIMPAS	DESCRIÇÃO	UF	QUANT
01	08.42.11.00090915-7	INSTALACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM, de estrutura provisoria, metalica, para construcao de estudios, camarins e areas de servicos, com	UND	01

		fechamento em madeira e cenografado em MDF, mobiliado, com delimitacao em estrutura de madeira e cobertura com toldo, especifico para acoes da transmissao da TVE e Radio Educadora do Carnaval de Salvador.		
--	--	--	--	--

3.4. Estimativa do valor da contratação

O valor total da contratação é de R\$ 1.396.141,00 (um milhão, trezentos e noventa e seis mil cento e quarenta e um reais), conforme planilha de quantitativos e preços unitários abaixo.

ITEM	SIMPAS	DESCRIÇÃO	UF	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	08.42.11.00090915-7	INSTALACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM, de estrutura provisória, metálica, para construção de estúdios, camarins e áreas de serviços, com fechamento em madeira e cenografado em MDF, mobiliado, com delimitação em estrutura de madeira e cobertura com toldo, especifico para ações da transmissão da TVE e Radio Educadora do Carnaval de Salvador.	UND	01	R\$ 1.396.141,00	R\$ 1.396.141,00

3.5. Justificativa para o parcelamento ou não da solução

A solução presente é total, não sendo necessário por parte da administração qualquer adequação física para tal.

3.6. Contratações correlatas ou interdependentes

Na contratação não haverá correlações, caracterizando-as como interdependentes.

3.7. Demonstração de previsão da contratação no planejamento da Administração

- () Promover a comunicação pública como ferramenta para a educação, informação e entretenimento.
- () Promover a veiculação de conteúdos de diversas temáticas relacionadas às políticas públicas
- () Dinamizar a programação de TV com conteúdo locais em multiplataformas.
- () Disponibilizar conteúdos na Rádio Educadora FM e suas multiplataformas.
- (x) Implementar infraestrutura física e tecnológica para produção e distribuição audiovisual.
- () Promover os conteúdos, veículos e o Teatro do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia.
- () Universalizar o sinal digital da TV Educativa da Bahia e TV Educa Bahia, verificar a cobertura do sinal digital da TVE em relação a população baiana.

4. Planejamento

4.1. Resultados Pretendidos

Os ganhos diretos e indiretos almejados nesta contratação, são baseados em princípios da economicidade, eficácia e eficiência, melhor aproveitamento dos recursos disponibilizados.

4.2. Providências a serem adotadas

Antes da formalização da futura contratação, a Administração deve executar uma série de ações para garantir a correta execução contratual. Essas ações incluem:

Elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico: A administração deve elaborar um Termo de Referência ou Projeto Básico detalhado, descrevendo as especificações técnicas, quantidades, prazos e demais condições necessárias para a contratação de uma empresa especializada para construção de estrutura metálica e de cenografia. Esses documentos são fundamentais para orientar o processo de contratação e garantir que as expectativas da Administração sejam atendidas.

Estudo de Viabilidade Técnica e Financeira: Deve-se realizar um estudo de viabilidade técnica e financeira para avaliar a capacidade do mercado fornecedor em atender às necessidades da Administração, bem como para verificar a disponibilidade de recursos financeiros para a contratação.

Planejamento da Contratação: A administração deve realizar um planejamento detalhado da contratação, os prazos, os critérios de seleção do fornecedor e demais aspectos relevantes para a condução do processo de forma eficiente e transparente.

Adequação Orçamentária: É necessário garantir a existência de dotação orçamentária suficiente para cobrir os custos da contratação.

Análise e Julgamento da Proposta: Após o recebimento da proposta do fornecedor, a Administração deve analisar e julgar a proposta.

Formalização do Contrato: Após a seleção do fornecedor, a Administração deve formalizar o contrato por meio da assinatura do instrumento contratual, garantindo que todas as condições acordadas entre as partes estejam devidamente registradas e documentadas.

Gestão e Fiscalização do Contrato: Uma vez formalizado o contrato, a Administração deve realizar a gestão e fiscalização adequadas da execução contratual, acompanhando o cumprimento das obrigações contratuais pelo fornecedor e garantindo a qualidade e a regularidade do serviço prestado.

Essas ações são essenciais para assegurar que a futura contratação seja conduzida de forma adequada e que a execução contratual ocorra conforme o planejado, atendendo às necessidades da Administração de maneira eficiente e eficaz.

4.3. Possíveis Impactos Ambientais

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos.
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas

No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.

Na mesma senda, a Resolução do CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles originados de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, bem como os resultantes da preparação e escavação de terrenos. Esses resíduos incluem tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica, entre outros, comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Nesse contexto normativo, a contratação visada nesta Concorrência Eletrônica é caracterizada como obra de engenharia, cuja execução resultará na geração de resíduos de construção civil. A futura CONTRATADA deve, portanto, esforçar-se para minimizar a produção de resíduos e dar a destinação adequada aos resíduos inevitáveis, a fim de mitigar os possíveis danos ambientais.

Esse entendimento está previsto no art. 6º, inciso XXV, da Lei nº 14.133 de 2021, que exige que o Termo de Referência contenha elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, assegurando o tratamento adequado do impacto ambiental. Assim, durante a execução da reforma, a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem observar as normas de proteção ambiental, sendo responsabilidade da primeira fiscalizar o cumprimento estrito da legislação e da segunda respeitar as leis ambientais na execução da obra.

4.3.1. Resíduos de construção e demolição

Produção de resíduos sólidos, incluindo materiais de demolição, resto de construção, embalagens dos materiais, marmitas, refrigerantes etc.

Ação para mitigar:

Elaboração de um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, fazendo a separação correta dos resíduos recicláveis, orgânicos e perigosos.

4.3.2. Poluição do ar

Emissão de poeira e poluentes devido as atividades de demolição e construção, assim como a emissão de gases oriundos de maquinário e veículos utilizados na obra.

Ação para mitigar:

Utilizar técnicas para controle de poeira, como aspersão de água e proteções mecânicas como telas; Manter os equipamentos com as manutenções em dia para minimizar as emissões de gases poluentes.

4.3.3. Poluição sonora

Barulho excessivo proveniente de equipamentos e demolição.

Ação para mitigar:

Limitar os horários das atividades mais barulhentas, utilizando equipamentos que possuam redução de ruídos;

5. Declaração de Viabilidade/Inviabilidade

No presente caso, trata-se de uma ação comum de engenharia e cenografia aplicada, em que todos os serviços envolvidos consistem em atividades objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, incluindo a montagem, manutenção, adequação e desmontagem de estruturas temporárias, preservando a segurança, a funcionalidade e a identidade visual necessárias às transmissões televisivas, sem comprometer as características originais dos locais onde serão instalados.

Experiências anteriores da TVE Bahia na transmissão do Carnaval demonstram que a contratação é viável e apresenta alta probabilidade de alcançar os resultados desejados, garantindo condições técnicas, estéticas e operacionais adequadas à realização do evento.

O Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – IRDEB não dispõe, em seu quadro de servidores, de profissionais habilitados para a execução de serviços especializados de montagem de estruturas metálicas, cenografia televisiva e suporte técnico para transmissões de grande porte. Assim, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada para suprir tal necessidade.

Com base nas informações obtidas e apresentadas neste documento, conclui-se que a contratação é viável, encontra respaldo em elementos técnicos consistentes e está adequada para atender à demanda da TVE Bahia durante a cobertura do Carnaval 2026 nos circuitos do Campo Grande e da Barra, em Salvador.

Por fim, ressalta-se que há previsão orçamentária suficiente para a realização da contratação, o que reforça sua viabilidade financeira e operacional.

6. Análise sobre a necessidade de classificação do ETP

A classificação aplicável é "Pública", por tratar-se de documento que acarretará em processo destinado à contratação de item comum ou de serviço de natureza comum.

7. Identificação

Nome: Ige Almeida Roriz Ferreira

CPF: 01313861588

Cargo/Função: Gerente de Manutenção



Documento assinado eletronicamente por **Ige Almeida Roriz Ferreira, Gerente**, em 21/10/2025, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00125632636** e o código CRC **9ADAE692**.



INSTITUTO DE RÁDIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

Parte Variável do edital
Componente: **Minuta padronizada de Contrato**
Classificação: **modelo**
Versão: **1**
Data da aprovação/modificação (PGE):
22/05/2025 (OS PA Nº 017/2025)

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO SIMPLIFICADA DE SERVIÇOS USUAIS

(X) LICITAÇÃO

CONTRATO Nº ____/____ QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE RÁDIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB E A [PESSOA JURÍDICA, PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.

O INSTITUTO DE RÁDIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA - IRDEB, com sede na Cidade de Salvador, Bahia, na Rua Pedro Gama 413 E, Alto do Sobradinho, Federação, CEP 40231-000, inscrito no CNPJ sob o nº 13.420.609/0001-61, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, FLÁVIO SILVA GONÇALVES, portador da cédula de identidade nº 1.750.802-ES, emitida pela SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o nº 095.028.097-69, doravante denominado Contratante e a

_____, [pessoa jurídica], inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na _____, rep^{re} resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente () do Pregão Eletrônico nº ____/____, processo administrativo nº _____, que se regerá pela Lei Estadual nº 14.634, de 28 de novembro de 2023 e pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação dos serviços de INSTALACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM, de estrutura provisória, metálica, para construção de estúdios, camarins e áreas de serviços, com fechamento em madeira e cenografado em MDF, mobiliado, com delimitação em estrutura de madeira e cobertura com toldo, específico para ações da transmissão da TVE e Radio Educadora do Carnaval de Salvador, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e Habilitação (TR/Habilitação).

1.2 Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição neste instrumento:

- a) TR/Habilitação;
- b) Proposta da Contratada;
- c) Edital da Licitação (demais componentes);
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3 O modelo de execução do objeto observará o disposto no TR/Habilitação.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de _____, a contar da data da () **assinatura do Contrato** () **subscrição da Autorização de Fornecimento de Material – AFM** () **subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS**, observado o art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado acima, sem prejuízo das providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.1 As Partes disciplinarão o novo cronograma de execução do Contrato por meio de termo aditivo, salvo nos casos de:

- a) impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, hipótese em que os registros do fato gerador e da prorrogação do cronograma pelo tempo correspondente serão realizados por simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- b) a não conclusão do escopo no prazo predefinido decorrer de culpa da Contratada e a Administração optar pela extinção do Contrato, observado o art. 111, parágrafo único, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021.



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

2.2. A prorrogação de que trata esta cláusula está condicionada à justificativa e autorização da autoridade competente para celebrar o ajuste, devendo as condições e preços permanecerem vantajosos para o Contratante, permitida a negociação com a Contratada (art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
2.3 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, quando for o caso.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As regras de execução e de gestão do contrato constam no TR/Habilitação, anexo a este Contrato (art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021).

3.2 Fica indicado como gestor deste Contrato o servidor _____, matrícula: _____

3.3 Fica(m) indicado(s) como fiscal(is) deste Contrato o(s) servidor(es): _____
matrícula(s): _____

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O Contratante pagará à Contratada os valores estimados especificados no quadro abaixo:

LOTE _____						
ITEM	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MENSAL
1						
2						
3						
				VALOR ESTIMADO GLOBAL		

5.1.1 Estima-se para o Contrato o valor global de R\$ _____ (_____)

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como não contínuo/contratado por escopo e não houver pagamento mensal.

5.2. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

5.3 O valor do Contrato referido nesta Cláusula é meramente estimativo, dependendo os pagamentos devidos à Contratada dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no TR/Habilitação, que constitui anexo deste Contrato (art. 92, incs. V e VI, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA SÉTIMA – MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

Reajustamento em sentido estrito

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de 1 (um) ano contado de ____/____/____, **data do orçamento estimado** (art. 92, inc. V, e §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021).



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

7.2 Após o interregno de 1 (um) ano, independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE.

Notas:

1. A Administração deve indicar o índice que, conforme o objeto do contrato, retrata a variação efetiva do custo de produção, sendo admitida a adoção de mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos, nos termos dos art. 6º, inc. LVIII, e art. 92, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. O índice utilizado deve ser o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços do objeto do contrato, "(...) o qual deverá ser preferencialmente um índice setorial ou específico, e, apenas na ausência de tal índice, um índice geral, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração (...)" – TCU, Acórdão nº 114/2013-Plenário.

3. Caso o INPC/IBGE não se adeque ao objeto, deverá ser alterado para o índice compatível.

7.2.1 Na hipótese de não reajustamento dos preços pelo Contratante, o requerimento de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021, sob pena de preclusão.

7.3 Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 Na hipótese de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1 A Contratada deverá apresentar a memória de cálculo referente ao reajustamento de preços correspondente a eventual valor remanescente.

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço no período remanescente do Contrato, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajustamento será realizado por apostilamento, na forma do art. 136, inc. I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Outras causas de reequilíbrio econômico-financeiro

7.8 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

7.8.1 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, nas hipóteses do art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de 1 (um) ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.8.2 Na hipótese de contratos de fornecimento ou serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, sob pena de preclusão (art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.8.2.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de fornecimento ou serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deverá observar a disposição da subcláusula 7.8.1.

7.9 O Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inc. XI, c/c art. 123, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Nota: a Administração poderá ajustar o prazo conforme o caso concreto.

7.10 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

7.11 A Contratada não fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no Contrato venham a se materializar (art. 124, inc. II, "d", parte final, da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

Obrigações do Contratante



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

8.1 O Contratante, além das determinações contidas no TR/Habilitação e demais componentes, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e seus anexos, fornecendo por escrito as informações necessárias para a execução do objeto contratado;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no TR/Habilitação;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- d) intimar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto do Contrato, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, no prazo indicado, certificando-se de que as soluções propostas pela Contratada são as mais adequadas;
- e) comunicar-se com a Contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, conforme prazo, forma e condições estabelecidos no TR/Habilitação;
- g) aplicar à Contratada as sanções previstas em lei e neste Contrato;
- h) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato apresentadas pela Contratada, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo definido na subcláusula 8.1.1;
- i) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pela Contratada no prazo definido na subcláusula 7.9;
- j) intimar os emitentes das garantias relativamente ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- k) assegurar-se, na hipótese de execução do objeto contratado em suas dependências ou em local por ele designado, que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela Contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho.

8.1.1 O Contratante, no prazo de _____ (____) dias, a contar da data do protocolo do(s) requerimento(s) relacionado(s) à execução do Contrato, decidirá sobre todas as solicitações e reclamações apresentadas pela Contratada, admitida a prorrogação motivada do prazo, por igual período (art. 123 da Lei Federal nº 14.133/2021).

Notas:

1. Nos termos do art. 123, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração tem o dever de decidir questões contratuais que lhe são apresentadas.

2. O prazo a que se refere a subcláusula 8.1.1 deve ser definido conforme a complexidade do objeto contratual e os trâmites internos das áreas envolvidas na execução do Contrato. Caso não haja especificação, o prazo será de 1 (um) mês, conforme o art. 123, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Obrigações da Contratada

8.2 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações decorrentes de lei e aquelas a seguir dispostas:

- a) designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do Contrato, inclusive para atendimento de emergência, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes, observado o art. 118 da Lei Federal nº 14.133/2021, cuja designação ou manutenção poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, hipótese em que a Contratada designará outro profissional para o exercício da atividade;
- b) atender às determinações regulares emitidas pelo Contratante e prestar o(s) esclarecimento(s) ou informação(ões) por ele solicitado(s) (art. 137, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Contratante, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- d) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, nos termos das normas de regência, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

- e) não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- f) quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda estadual, municipal ou distrital do domicílio ou sede da Contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- h) prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- i) executar o objeto sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do Contrato e comunicar ao Contratante qualquer anormalidade ou acidente que interfira no bom andamento do Contrato;
- j) paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- k) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do Contrato;
- l) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- m) reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo determinado pelo Contratante, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando-os em perfeita condição de funcionamento;
- n) assegurar a seus trabalhadores ambiente de trabalho em condições adequadas ao cumprimento às normas de saúde, segurança e bem estar no trabalho e fazer com que seus empregados as respeitem, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- o) responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- p) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do TR/Habilitação;
- q) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, devendo, sempre que solicitado pelo Contratante, indicar os empregados que preencherem as vagas correspondentes (arts. 92, inc. XVIII, e 116 da Lei Federal nº 14.133/2021);
- r) atender as obrigações concernentes à aprendizagem de que trata o art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), Lei nº 14.395/2021, e normas regulamentares, em especial:

1) quando se tratar da contratação de serviços, recrutar, preferencialmente, como aprendizes, os estudantes indicados no art. 42 da Lei nº 14.395/2021, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) do quadro de aprendizes da Contratada.

Notas:

- 1. O percentual de que trata o item 1) foi fixado no Decreto nº 16.761/2016, que regulamentava a Lei nº 14.459/2015, revogada pela Lei nº 14.395/2021, que não especifica percentual mínimo de aprendizes. Não obstante, para conferir resultado útil à previsão legal, esta minuta adota, como parâmetro, o percentual indicado no Decreto nº 16.761/2016.**
- 2. Regulamentada a Lei nº 14.395/2021 com indicação de percentual diverso, o item 1) deverá ser compatibilizado com a nova regra.**

1.1) na hipótese do item 1, a Contratada deverá apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do início efetivo da execução do objeto, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata a Lei nº 14.395/2021, devendo justificar, perante o Contratante, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.

- s) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- t) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los,



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, "d", da Lei Federal nº 14.133/2021;

u) observar a legislação federal, estadual e municipal, relativa ao objeto do Contrato, bem como as normas internas do Contratante;

v) alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

x) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

y) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do Contrato, arcando com os custos para sua obtenção;

w) efetuar pontualmente o pagamento de tributos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do presente Contrato;

z) emitir nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, obras e/ou serviços, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, indicando, conforme o caso, sua quantidade, preço unitário e valor total;

aa) realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme prescrições do TR/Habilitação;

bb) fornecer as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos na licitação;

cc) alocar, durante todo o período de execução do objeto, profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica e a equipe técnica mínima exigida no TR/Habilitação, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Contratante;

dd) responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato próprio, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

ee) promover, por sua conta e risco, transporte de bens;

ff) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e/ou normas exigidas, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessárias à sua execução;

gg) ressarcir o Contratante pelos danos decorrentes de paralisação ou interrupção da execução do objeto contratado;

hh) realizar, quando exigido no TR/Habilitação, a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

ii) tratando-se de obras, serviços e fornecimento de grande vulto, implantar Programa de Integridade, na forma do Decreto nº 23.356, de 17 de janeiro de 2025;

jj) providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site www.comprasnet.ba.gov.br ou outro que venha a substituí-lo, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;

kk) manter atualizados os seus dados cadastrais, com a apresentação de documentos comprobatórios de mudança de endereços, inclusive eletrônicos (e-mail), telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;

ll) atender às obrigações de que tratam os Anexos deste Contrato;

CLÁUSULA NONA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

9.1 As disposições sobre a garantia da contratação estão disciplinadas no TR/Habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Constituem infrações administrativas para os fins deste Contrato, as condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2 Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, as sanções previstas no art. 156 da mesma norma, observados os arts. 48 e 49 da Lei nº 14.634/2023 e a disciplina constante no Decreto nº 23.113/2024.

10.3 No que concerne à multa, será observado o disposto no subitem 10.14.

10.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

integral do dano causado ao Contratante, observado o disposto na Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011 (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.6 A apuração das infrações administrativas será realizada em processo administrativo sancionatório, conforme rito estabelecido nos arts. 51 e 52 da Lei nº 14.634/2023, com a observância das garantias da ampla defesa e do contraditório, na forma do Decreto nº 23.113/2024.

10.6.1 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa (art. 50, §2º, da Lei nº 14.634/2023).

10.6.2 O valor da retenção provisória a que se refere a subcláusula anterior não poderá exceder o limite máximo estabelecido no art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 50, §3º, da Lei nº 14.634/2023).

10.7 A apuração de infrações sujeitas exclusivamente à sanção de advertência ou de multa, isoladas ou cumuladas entre si, será realizada em processo sancionatório simplificado (art. 51 da Lei nº 14.634/2023).

10.7.1 Precederá a abertura do processo sancionatório simplificado a intimação do interessado a fim de que tenha ciência da imputação, observada a disciplina do art. 28 do Decreto nº 23.113/2024.

10.7.1.1 O ato de intimação deverá conter a descrição dos fatos ilícitos imputados, o enquadramento jurídico, a sanção aplicável e, no caso de multa, o respectivo cálculo.

10.7.1.2 Acompanhará o ato de intimação o termo de anuência que poderá ser firmado pelo interessado, caso manifeste a concordância com a imputação e com a sanção aplicável.

10.7.1.3 Assinado o termo de anuência no prazo assinalado, será promovida a aplicação da sanção cabível, procedendo-se aos devidos registros, encerrando-se o procedimento.

10.7.1.3.1 No caso de multa, o procedimento será encerrado após o seu efetivo recolhimento.

10.7.1.4 Caso o interessado não manifeste a concordância expressa com os termos da imputação, será promovida a abertura do processo sancionatório simplificado.

10.8. A apuração de conduta infrativa sujeita à sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será realizada em processo de responsabilização (art. 52 da Lei nº 14.634/2023).

10.8.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser atenuadas ou comutadas mediante a celebração de Termo de Transação Administrativa (TTA), observados os requisitos e condições estabelecidos em Regulamento específico (art. 55 do Decreto nº 23.113/2024).

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 47, §3º, da Lei nº 14.634/2023).

10.11 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em lei e neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 57 da Lei nº 14.634/2023).

10.11.1 Com a desconsideração da personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada.

10.11.2 Em todos os casos de desconsideração da personalidade jurídica deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 55, §1º, da Lei nº 14.634/2023).



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme art. 60 da Lei nº 14.634/2023 e a disciplina prevista no Decreto nº 23.113/2024.

10.14 A sanção de multa observará as seguintes disposições:

10.14.1 Multa Compensatória

10.14.1.1 A multa compensatória, em caso de descumprimento total da **obrigação principal**, incidente sobre o valor global do contrato, será de: **20% (vinte por cento)** (art. 8º, *caput*, e §1º do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento)

10.14.1.1.1 Caso o cumprimento da **obrigação principal**, uma vez iniciado, seja descontinuado, a multa compensatória incidirá sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado (art. 8º, §2º do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.1.2 A multa compensatória, no caso de descumprimento de **obrigação acessória**, incidente sobre o valor do contrato, será de: **0,5% (cinco décimos por cento)** (art. 8º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 15% (quinze por cento) e não poderá ser superior ao da obrigação principal (art. 7º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024)

10.14.2 Multa Moratória

10.14.2.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora.

10.14.2.2 No caso de **obrigação principal**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de: **0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,5% (cinco décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo.** (art. 9º, §1º, do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser inferior a 0,1% (um décimo por cento) e não é recomendável que supere 1% (um por cento), em razão do prazo para atingimento do limite máximo da multa compensatória (art. 9º, §4º, do Decreto nº 23.313/2024)

10.14.2.3 No caso de **obrigação acessória**, a multa de mora diária, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada de seu custo, será de **0,1% (um décimo por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,3% (três décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo.**

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, não podendo ser superior ao da obrigação principal (art. 7º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024)

10.14.2.4 O atraso injustificado do prazo fixado para **apresentação, suplementação ou reposição de garantia contratual** ensejará a aplicação de multa moratória diária de **5% (cinco por cento)**, incidente sobre o valor da garantia contratual (art. 9º, §2º, do Decreto nº 23.313/2024).

Nota: o percentual poderá ser ajustado ao caso concreto, mas não poderá ser inferior a 0,1% (um décimo por cento)

10.14.2.4.1 A multa moratória não poderá superar o valor da própria garantia contratual.

10.14.2.5 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 9º, §3º, do Decreto nº 23.313/2024).

10.14.2.6 Se o cálculo da multa moratória atingir o patamar correspondente ao valor máximo da multa compensatória, além da conversão em compensatória e aplicação das demais sanções previstas em lei, o recebimento do objeto deverá ser recusado, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada (art. 9º, §4º, do Decreto nº 23.313/2024).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O Contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.1 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência do Contrato ficará prorrogada até a conclusão do objeto, devendo a Administração promover a readequação do cronograma de execução.

11.1.1.1 Na hipótese da subcláusula 11.1.1, havendo culpa da Contratada, ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas (art. 111, parágrafo único, inc. I, da



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

Lei Federal nº 14.133/2021).

11.1.1.2 Caso a Administração opte pela extinção do Contrato, deverá adotar as medidas necessárias para a continuidade da execução contratual (art. 111, parágrafo único, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Nota: utilizar essa redação quando o objeto for enquadrado como não contínuo/contratado por escopo.

11.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta (arts. 138, inc. I, e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021);
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração (art. 138, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021);
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial (art. 138, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.2. A alteração social, da finalidade ou da estrutura da empresa Contratada não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato (art. 137, inc. III, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.2.2.1. Se a alteração de que trata a subcláusula 11.2.2 implicar mudança da pessoa jurídica Contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.2.3. O Contrato será extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou da entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inc. IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

11.4 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, observada a Cláusula Sétima deste Contrato, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131 da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas para o pagamento do presente Contrato correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada (art. 92, inc. VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021):

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
Região/planejamento	Natureza da despesa	Destinação do recurso	Tipo de recurso orçamentário	

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Nota: conforme o art. 106, inc. II, da Lei Federal nº 14.133/2021, nas hipóteses de objetos enquadrados como contínuos, "a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção".

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1 Eventuais alterações contratuais se regerão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras, e, de até 50% (cinquenta por cento), no caso de reforma de edifício ou de equipamento (art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.3 As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação (art. 126 da Lei Federal nº 14.133/2021).



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

13.4 Caso o Contrato não contemple preços unitários para os serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos na subcláusula 13.2 (art. 127 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.5 Nas alterações contratuais para supressão de bens ou serviços, se a Contratada já houver adquirido os materiais e os colocados no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados (art. 129 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.6 Caso haja alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos da Contratada, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial (art. 130 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.7 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.8 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021).

13.9 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

15.1. Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a Contratada poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma da Lei nº 12.209/2011 e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

15.1.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto nº 17.983, de 24 de outubro de 2017, devendo atender às convocações da Administração para a prática de atos nos prazos indicados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Nota: utilizar essa cláusula caso a contratação envolva, de qualquer forma, o tratamento de dados pessoais (Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).

16.1 As partes se comprometem a cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como regras e regulamentos que lhe forem aplicáveis e que tenham por objeto os dados pessoais tratados no âmbito do objeto contratado.

16.2 A Contratada deverá utilizar os dados pessoais recebidos em função do objeto do Contrato somente para a finalidade pactuada, não podendo, em caso algum, utilizar esses dados pessoais para finalidade distinta, sob pena de extinção imediata da contratação.

16.3 A Contratada se obriga a não armazenar, arquivar, reproduzir, transmitir, distribuir, transferir ou de qualquer forma compartilhar os dados pessoais disponibilizados pelo Contratante com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

16.4 Em caso de incidente de vazamento de dados pessoais, a Contratada deverá enviar comunicação ao Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado a partir da ciência do vazamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) data e hora do incidente; b) data e hora da ciência pela Contratada; c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente; d) relação de titulares afetados pelo incidente; e e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para sanar e mitigar o incidente, bem como para reparar eventuais danos e evitar novos incidentes.

16.5 O Contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.



INSTITUTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DA BAHIA

16.6 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres desta Cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.7 Encerrado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.8 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações sobre os dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.9 Em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Cláusula, a Contratada ficará sujeita à integral responsabilização, inclusive por perdas e danos, aplicação das sanções cabíveis e da extinção do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do Contrato observará o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2 O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato.

17.3 Os casos omissos serão dirimidos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei nº 14.634/2023 e demais normas aplicáveis.

17.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, será observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o art. 67 da Lei nº 14.634/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos de resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do Contratante

Representante legal da Contratada

TESTEMUNHAS:

